

Relatório e Contas 2019

Índice

Mensagem do Provedor	04	4.2 Nós e a Sociedade	43
1. O nosso Ano em Números	06	Retorno à Sociedade	44
2. Quem Somos	08	Boas causas	46
Cronologia	09	Retorno Social	48
História e Missão	12	Prémios aos Milhões	54
Valores e Visão	15	<i>Parcerias com impacto</i>	55
Onde Estamos	17	<i>Uma aposta Crescente na formação</i>	71
Partes Interessadas	18	<i>Coesão e inclusão Social: A outra face dos patrocínios</i>	72
3. Os Nossos Jogos	22	<i>Patrocínios Uteis</i>	73
4. Compromissos e Responsabilidades	27	<i>Mercados de Natal, o ponto de encontro das famílias portuguesas</i>	74
4.1 Responsabilidades na oferta de jogo	28	<i>Reconhecimentos</i>	75
Jogo Responsável, um Compromisso Diário	29	<i>Nos e os media</i>	76
Segurança e Risco	38	4.3 Inovação e Modernização	77
Salvaguarda do Património das Famílias	41	5. Resultados	80
		5.1 Rendimentos	81
		5.2 Gastos	88
		5.3 Resultados	91
		6. Demonstrações Financeiras	96
		Balanço	97
		Demonstrações dos resultados por naturezas	98

Demonstração das alterações no capital	99	18. Resultados	144
Demonstração dos fluxos de caixa	100	19. Provisões	146
Anexo	101	20. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros	148
1. Introdução	102	21. Prémios a pagar	151
2. Referencial contabilístico de preparação das demonst. financeiras	104	22. Fornecedores	152
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória	105	23. Outras dívidas a pagar	153
4. Principais políticas contabilísticas	106	24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer	155
5. Fluxos de caixa	122	25. Rédito	156
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contab. e erros	123	26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	158
7. Ativos fixos tangíveis	123	27. Fornecimentos e serviços externos	159
8. Ativos intangíveis	126	28. Gastos com o pessoal	160
9. Participações financeiras - outros métodos	127	29. Outros rendimentos	161
10. Outros investimentos financeiros	128	30. Outros gastos	162
11. Inventários	135	31. Juros e rendimentos similares obtidos	162
12. Mediadores	136	32. Juros e gastos similares suportados	163
13. Estado e outros entes públicos	137	33. Compromissos	163
14. Outros créditos a receber	138	34. Matérias ambientais	164
15. Diferimentos – gastos a reconhecer	140	35. Partes relacionadas	165
16. Fundo social	141		
17. Outras variações no capital próprio	141		

MENSAGEM DO PROVEDOR



Terminámos mais um ano marcado pelo crescimento de resultados e de retorno à sociedade, mais um ano em que nos congratulamos por fazer jus à nossa história e dar integral cumprimento ao nosso propósito.

Mas 2019 fica também, inevitavelmente, marcado por ser o ano do culminar de uma década de notável atividade nos jogos sociais: entre 2010 e 2019 lançaram-se dois novos jogos, introduziram-se significativas melhorias na operação dos jogos já em produção, as vendas tiveram um crescimento médio anual superior a 10%.

As vendas brutas atingiram no último ano 3.360 milhões de euros, com um retorno direto para o Estado de 1.000 milhões de euros, entre resultados distribuídos aos Beneficiários dos jogos sociais e impostos arrecadados. O retorno total à Sociedade ascendeu a 3.265 milhões de euros, o que corresponde a 97% das vendas e onde se destacam os prémios atribuídos que, pela primeira vez, ultrapassaram 2 mil milhões de euros.

O trabalho desenvolvido em 2019 incidiu sobre várias frentes, tendo permitido atingir os resultados acima apresentados e dar corpo aos objetivos estratégicos do Departamento de Jogos, o que se materializou em importantes concretizações, quer no incremento da capacidade e melhoria da oferta de jogo, quer nas infraestruturas de suporte e na estrutura orgânica, nomeadamente através da implementação do projeto 5.30 cuja linha orientadora de “Pensar o presente para construir o futuro” definiu a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para os próximos 10 anos.

A modernização do modelo de exploração da Lotaria Nacional, marca indelével do nosso portefólio, foi concluída. A Lotaria Nacional ficou ainda mais próxima dos apostadores, chegando agora a lotaria física a todos os pontos de venda e passando a estar disponível em todas as plataformas digitais dos Jogos Santa Casa. A “sua própria casa”, a emblemática Sala de Extrações, foi reaberta depois de todo o espaço ter sido renovado e de se ter concretizado um rigoroso trabalho de recuperação das esferas de sorteio.

A contínua evolução do portefólio, com especial enfoque na melhoria de experiência de jogo, obriga-nos à consolidação da Política de Jogo Responsável dos Jogos Santa Casa, enquanto entidade certificada nesta área. As ações desta natureza levadas a cabo em 2019 incidiram, sobretudo, em matérias de investigação, formação de mediadores, marketing e comunicação e envolvimento dos *stakeholders*. A auditoria independente intercalar que se realizou com vista à futura recertificação, testemunhou o reforço destas medidas e práticas da organização.

A nossa responsabilidade não se esgota na forma como protegemos os nossos apostadores através da oferta controlada de jogo. Nos últimos anos tem-se vindo a afirmar o papel dos Jogos Santa Casa no seu relacionamento com a sociedade portuguesa, particularmente, no apoio que damos às causas onde, pelos valores que lhe estão associados, nos revemos. As parcerias que realizámos têm-se notabilizado, não apenas como ferramenta de integração e coesão social, mas também como incontestável contributo para o alcance de resultados excecionais.

Falamos, entre outras, do Desporto e deste aliado à Educação. Em cada modalidade patrocinada, procurámos ir ainda mais além, apostando nas seleções nacionais e dando relevo ao desporto feminino e ao desporto adaptado. Sob o lema de “O desporto tem todo o nosso apoio” somos a marca que mais apoia o desporto em Portugal. Foram muitos os atletas que atingiram marcas distintivas e garantiram o apuramento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio. Para promoção da conciliação da vida desportiva com a vida académica, foram reforçadas as parcerias com os Comitês Olímpico e Paralímpico e com a Federação Académica do Desporto Universitário, incrementando de forma relevante os apoios concedidos no âmbito da iniciativa “Bolsas de Educação”. Em 2019, por várias vezes nos pudemos orgulhar de ver a marca Jogos Santa Casa no pódio.

No que toca às nossas infraestruturas destaca-se, em 2019, a entrada em produção da nova plataforma e solução tecnológica de CRM, que abrangeu todas as áreas do Departamento de Jogos e que nos veio permitir uma visão e uma gestão mais integrada dos nossos *stakeholders*, nomeadamente, mediadores e apostadores e, em simultâneo, uma facilitação da comunicação interna, com maior e mais eficiente controlo de níveis de serviço e dos processos de negócio. Importa no entanto fazer uma referência aos tempos novos e tão desafiantes que vamos vivendo. A situação atual neste início de 2020 coloca-nos perante incógnitas e condições nunca antes existentes.

A receita dos jogos sociais do Estado apresenta uma contração imensa que não sabemos ainda como vai evoluir nos próximos meses. Estamos naturalmente confiantes na retoma e estes são tempos de preparação e antecipação. O empenho e profissionalismo de todos os trabalhadores do Departamento de Jogos têm sido uma constante e isso permite-nos pensar que passado este tempo de tempestade recuperaremos a capacidade de continuarmos a ser um baluarte no apoio às diferentes políticas públicas e aos nossos parceiros permanentes.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



(Edmundo Martinho)

1

O Nosso Ano em Números

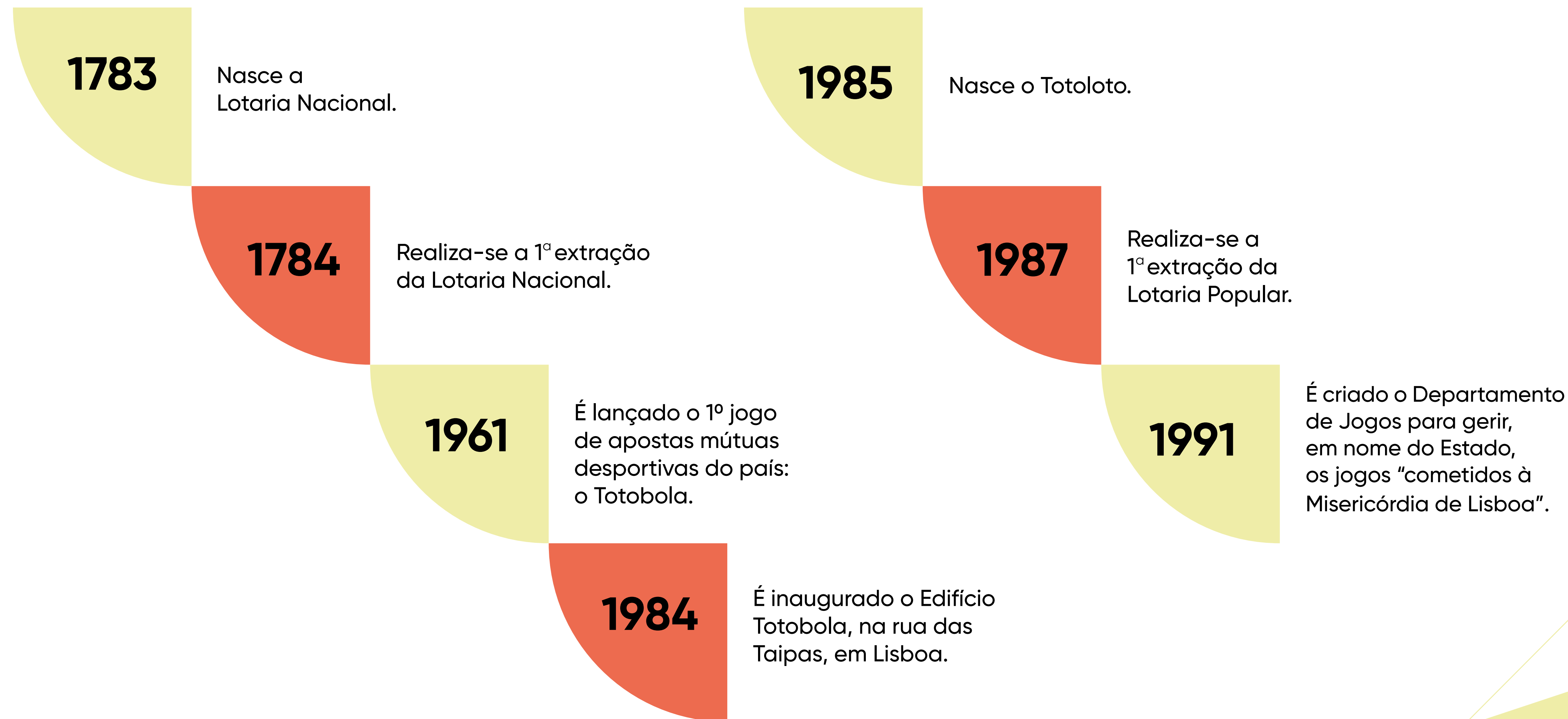


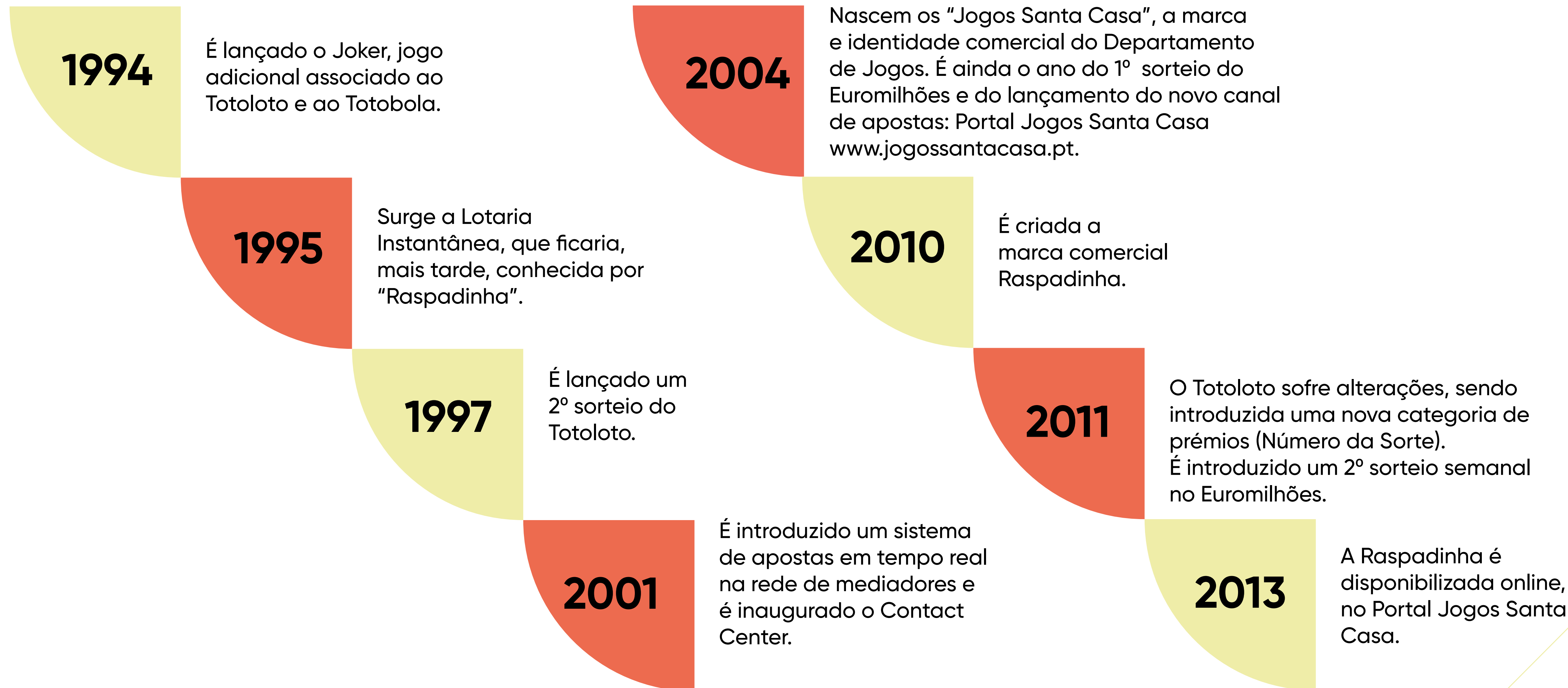
2

Quem Somos



CRONOLOGIA





2015

Mudança de sede do Departamento de Jogos para a Avenida da Liberdade, em Lisboa. É lançado o PLACARD, o primeiro jogo de apostas desportivas à cota, na rede de mediadores.

2016

Lançamento do MILHÃO e da APP Jogos Santa Casa.

2017

O Joker é suspenso e o Totobola alvo de remodelações. A APP Jogos Santa Casa passa a integrar a Raspadinha.

2018

Atribuição de novos níveis de certificação em Jogo Responsável pela EL e WLA. Passa a ser possível apostar no PLACARD através de um *QR Code*.

2019

Modernização da Lotaria Nacional: lançamento da nova plataforma de gestão do Jogo, do novo modelo de distribuição a toda a rede de Mediadores e disponibilização na APP Jogos Santa Casa. Inauguração da renovada Sala de Extrações.

HISTÓRIA E MISSÃO

1783. Uma Carta Régia, datada de 8 de novembro e assinada por D. Maria I, dá início à História secular dos jogos sociais do Estado em Portugal. Mas a história do Departamento de Jogos não começa apenas no dia em que nasce a Lotaria Nacional.

Importa regressar a 1498, ano em que por iniciativa de outra rainha – D. Leonor –, é criada a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Orientada pelas suas 14 obras espirituais e corporais de misericórdia, há mais de cinco séculos que a instituição zela por aqueles que mais necessitam, no cumprimento das Boas Causas que orientam diariamente seu trabalho, assumindo em permanência o alargamento da sua missão original, com uma intervenção na sociedade cada vez mais ampla e adequada no tempo.

Graças à sua conceituada reputação e reconhecida Obra Social, a Misericórdia de Lisboa viu-lhe ser atribuída a responsabilidade de explorar o primeiro jogo social do Estado português: uma lotaria. Criada com o intuito de gerar receitas para o Hospital Real, para a Casa dos Expostos e para a Academia Real das Ciências, a Lotaria Nacional viria a transformar-se na pedra basilar da exploração dos jogos sociais do Estado. Foi também com esta Lotaria que a relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) teve o seu início, uma relação de confiança que se mantém até hoje e que garante à nossa secular e reconhecida Misericórdia de Lisboa, a "instituição mãe", a exploração dos jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade, para o território nacional.

É com o objetivo de explorar os jogos sociais, em nome e por conta do Estado, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei que, diariamente, trabalhamos no Departamento de Jogos.

Quatro **Órgãos** compõem, estruturam e escrutinam o nosso trabalho enquanto Departamento Estatutário da Misericórdia de Lisboa:



Dispomos de orçamento e contas próprias (anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e apresentamo-nos à sociedade, desde 2004, através de uma marca comercial representativa de todos os jogos sociais: Jogos Santa Casa.



É com este nome, e sob a imagem do seu reconhecido trevo que prosseguimos, diariamente, a **Missão** que nos foi confiada de explorar os jogos sociais em nome e por conta do Estado, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para a satisfação dos apostadores e criando valor que devolvemos à sociedade através do financiamento das despesas de natureza social.

Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos resultados a um lato conjunto de beneficiários (com atuações tão díspares como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, garantimos o retorno à sociedade do dinheiro investido nos nossos jogos.

VALORES E VISÃO

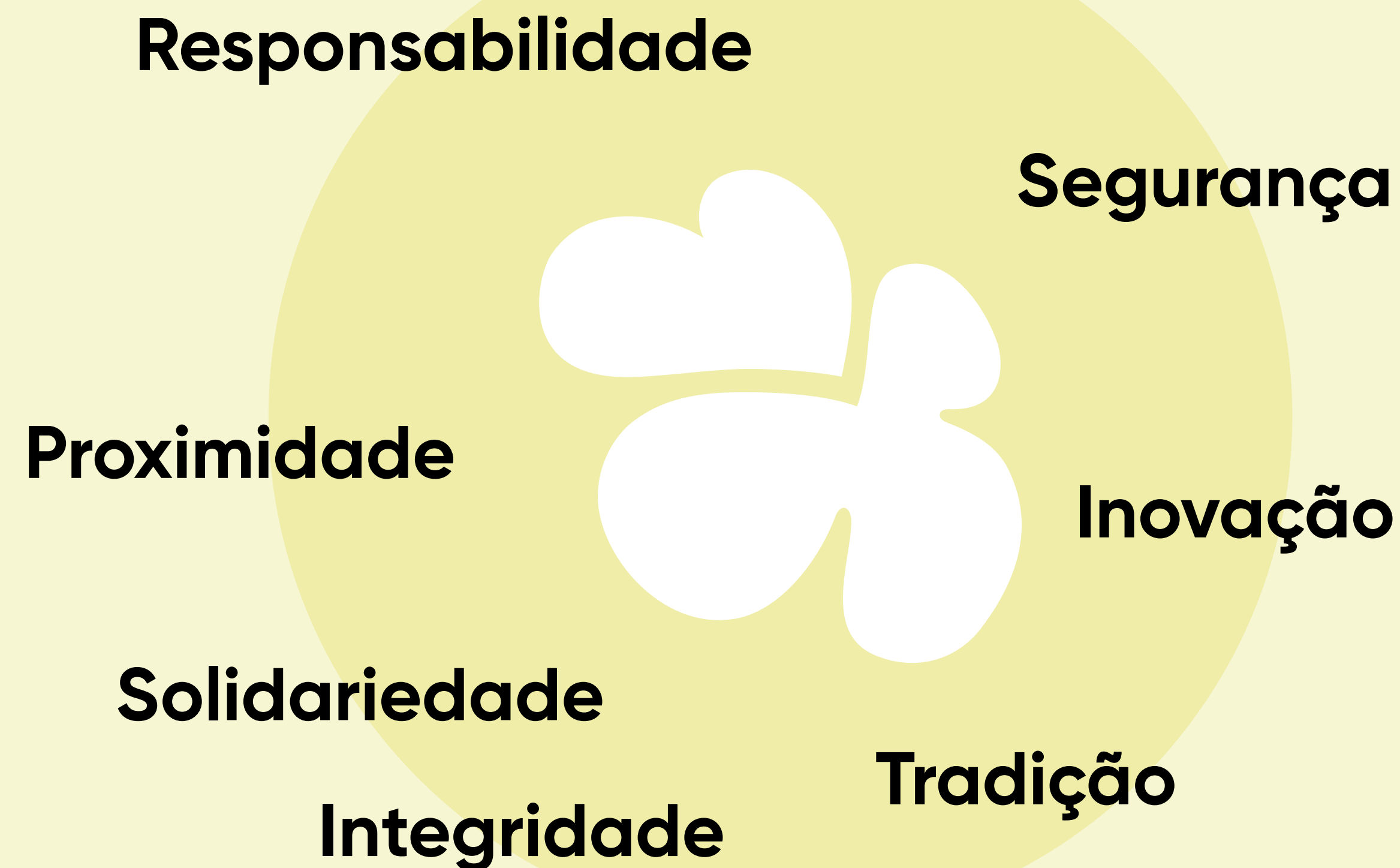
O nosso papel de relevo na sociedade não se prende, no entanto, apenas com a redistribuição das verbas aplicadas em jogo. Através de uma rede de proximidade, disponibilizamos aos apostadores de todo o país uma oferta moderada e atrativa de jogos e prevenimos o chamado “jogo problemático”.

Com baixos valores de apostas, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, a gestão dos nossos produtos tem, obrigatoriamente, em conta uma Política de Jogo Responsável que visa garantir escolhas informadas e apostas seguras aos nossos apostadores, que procuram nos jogos sociais do Estado, acima de tudo, uma atividade lúdica e divertida.

Alicerçados nesta política, nos anos de experiência e nos **Valores** que fazem parte do nosso ADN, a realidade atesta que os nossos jogos sociais são os preferidos dos apostadores portugueses. E é com o empenho e compromisso daqueles que trabalham, ininterruptamente, nesta nossa missão e que demonstram uma vontade quotidiana de inovar, estudar e antecipar os desafios que surgem com maior frequência num mercado em constante evolução, que assim nos conseguiremos manter na vanguarda.

Representamos uma marca que simboliza o sonho e a sorte de todos os que, por entretenimento, escolhem apostar nos nossos jogos em busca da concretização dos seus sonhos e que, simultaneamente, apoiam de forma decisiva as Boas Causas que nos regem há séculos.

Somos e queremos continuar a ser o que sempre fomos: uma boa aposta! Esta é a nossa **Visão**.



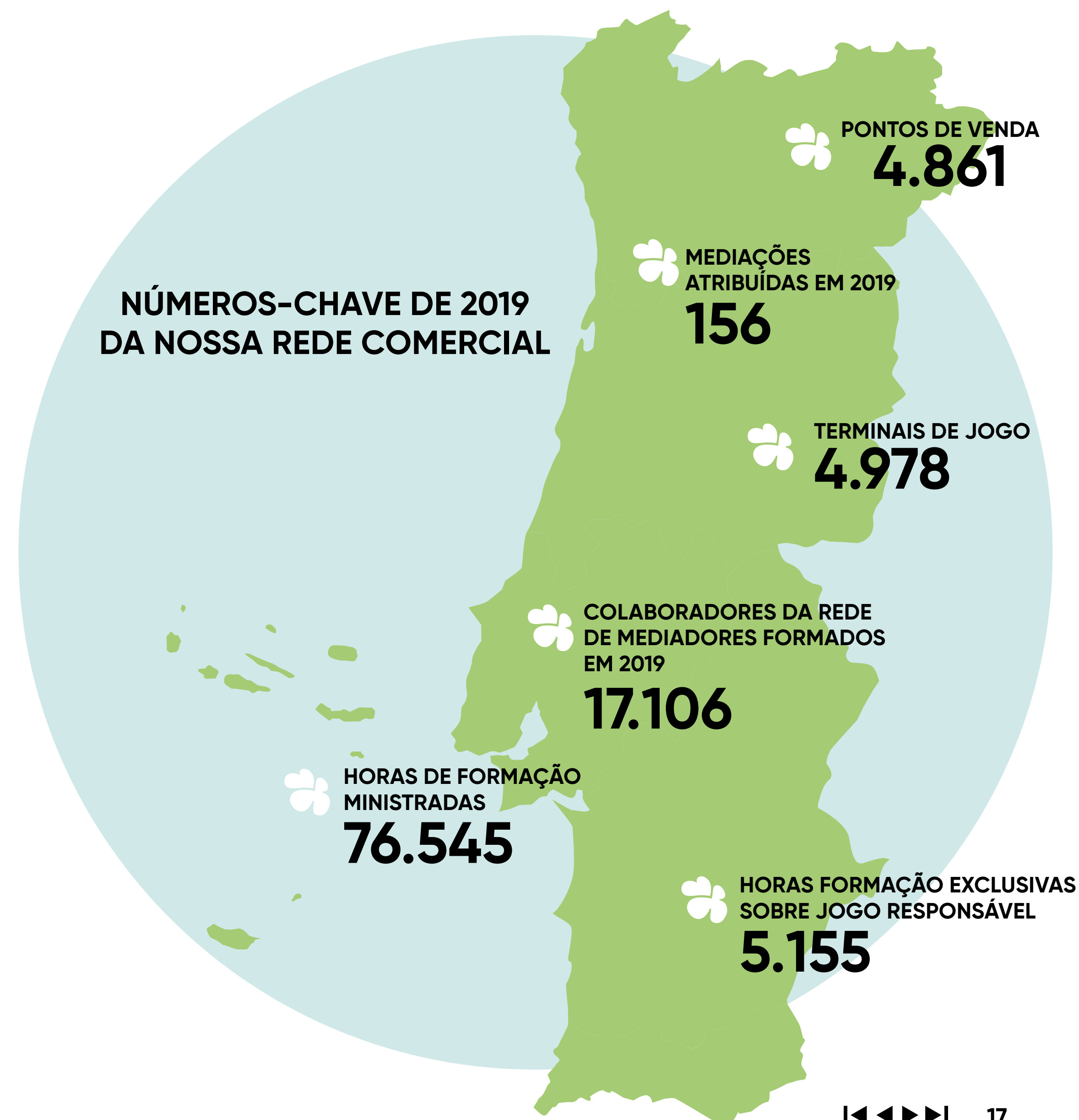
ONDE ESTAMOS

Com milhares de pontos de venda em funcionamento, a nossa marca encontra-se dispersa por todo o país, cimentando assim uma presença relevante no panorama nacional da atividade do jogo a dinheiro.

Dados de 2019 revelam que a maior concentração das nossas mediações se encontra nos distritos de Lisboa (23%) e Porto (16%), logo seguidos de Setúbal (8%).

Nos últimos anos, a atividade económica dos pontos de venda Jogos Santa Casa tem-se mantido associada, sobretudo, a duas áreas distintas: restauração (45%) e papelarias/tabacarias (43%).

O ano de 2019 ficou marcado pela preparação e formação da vasta rede de mediadores no âmbito da implementação do novo modelo de distribuição e venda da Lotaria Nacional a toda a rede comercial, reforçando a oferta deste jogo junto dos apostadores portugueses. Renovámos a sinalética dos Jogos Santa Casa presente em todos os estabelecimentos comerciais com atividade de mediação, introduzindo suportes mais modernos e flexíveis, mais em linha com as exigências atuais dos apostadores e com vista a preparar os pontos de venda para os futuros desafios da comercialização de novos jogos a integrar o portefólio dos Jogos Santa Casa.



PARTES INTERESSADAS

APOSTADORES

São aqueles que decidem tentar a sua sorte, aliando o entretenimento à concretização dos seus sonhos, com uma aposta nos jogos sociais do Estado. Os apostadores são a energia impulsionadora da nossa missão e é para e por eles que comunicamos e desenvolvemos, diariamente, uma atividade responsável e segura, cientes da confiança que em nós depositam sempre que escolhem apostar nos nossos jogos. O estudo de mercado mais recente, e que data do ano transato, apresenta uma distribuição bastante equitativa no que respeita ao seu género, ainda que com uma ligeira diferença face ao anterior estudo. Em 2019, 49% dos nossos apostadores são homens e 51% são mulheres, com uma representação maior (de 40%) no segmento entre os 35-64 anos de idade.

MEDIADORES

Sem eles, o nosso “negócio” não faria sentido. Distribuídos por todo o território nacional (continente e ilhas), representam uma rede com 4.861 pontos de venda e que contribui de forma fundamental para a concretização da missão do Departamento de Jogos, bem como para a promoção de hábitos de Jogo Responsável. Contando com uma autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, estes têm uma participação vital no momento da aposta.

COLABORADORES

Diariamente, asseguram, de forma rigorosa e responsável, o sucesso da missão que nos move. Nas inúmeras ações e dinâmicas internas em que participam, reforçam o seu sentimento de identificação e afinam conhecimentos para melhor enfrentarem a complexidade crescente da nossa atividade. Dos 317 colaboradores em 2019, 64% são homens e 36% são mulheres.

...

BENEFICIÁRIOS

São entidades públicas que desenvolvem atividade em todo o território português e em áreas de reconhecido valor social. A promoção da educação, o combate à pobreza e à exclusão social, o apoio à proteção civil, o combate à violência doméstica, o investimento em projetos especiais e em infraestruturas de apoio, entre outras de ordem social, são apenas algumas áreas que, a par da saúde, da cultura, do policiamento de espetáculos desportivos e da promoção do desporto escolar, marcam e definem a ação dos nossos inúmeros beneficiários.

Os resultados líquidos dos jogos sociais do Estado são integralmente distribuídos pelos beneficiários legalmente definidos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Com uma missão secular, a Misericórdia de Lisboa dedica-se, há 521 anos, às Boas Causas, desenvolvendo a sua ação em áreas tão diversas como a Ação Social, a Saúde, o Património, o Ensino, o Empreendedorismo Social ou a Cultura.

Parte integrante da lista de beneficiários dos jogos sociais do Estado, cabe ainda à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a exploração em todo o país, em regime de exclusividade, dos jogos sociais a ela confiados pelo Estado.



FORNECEDORES

Selecionados ao abrigo da Lei da Contratação Pública, nacionais ou estrangeiros, fornecem-nos bens e serviços no mais estrito respeito pelos requisitos normativos que são o alicerce dos sistemas de certificação pelos quais nos regemos, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.

ESTADO

Reconhecendo a idoneidade e a integridade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Estado atribui à nossa instituição, através do seu Departamento de Jogos, a exploração dos seus jogos sociais. Com esta atribuição, faz recair sobre a Misericórdia de Lisboa a responsabilidade de pugnar pela proteção dos apostadores (especialmente dos grupos mais vulneráveis) e de combater a criminalidade associada ao jogo a dinheiro, através de uma gestão responsável do seu portefólio de jogos.

A TUTELA

A nossa atividade é regulada pelo Governo, cabendo a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social.



PARCEIROS INTERNACIONAIS

Mantemos um relacionamento próximo com os nossos “pares” internacionais. Entre a “Lotaria Portuguesa” – como somos conhecidos internacionalmente – e as nossas lotarias congéneres, a partilha de conhecimento e das melhores práticas do mercado é uma constante.

De forma a reforçar ainda mais estes laços e a melhorar os procedimentos, que não raras vezes merecem o elogio dos nossos parceiros, fazemos parte, desde a criação de cada uma, de quatro grandes e distintas associações internacionais de Lotarias:



EL (EUROPEAN STATE LOTTERIES AND TOTO ASSOCIATION)

Criada em 1983, é uma organização europeia de lotarias que reúne instituições, com e sem fins lucrativos, que operam em nome do Estado.



CIBELAE (CORPORACIÓN IBEROAMERICANA DE LOTERÍAS Y APUESTAS DE ESTADO)

Criada em 1988, agrega as Lotarias de Estado dos países ibero-americanos e tem como objetivo promover a troca de experiências e saberes úteis à gestão e comercialização de jogos.



WLA (WORLD LOTTERY ASSOCIATION)

Criada em 1999, reúne Lotarias de Estado de mais de 80 países e tem o desígnio de promover e defender os interesses do nosso setor de atividade.



GLMS (GLOBAL LOTTERY MONITORING SYSTEM)

Criada em 2015 pela WLA e pela EL, é uma associação de lotarias de estado, atualmente com 31 membros, com o objetivo de detetar e analisar apostas desportivas suspeitas que possam pôr em causa a integridade das competições desportivas.









4

Compromissos e Responsabilidades

4.1

Responsabilidade na Oferta de Jogo

JOGO RESPONSÁVEL, UM COMPROMISSO DIÁRIO

Falar em Jogo Responsável é falar num conjunto de medidas e ferramentas que ajudam na tomada de decisões conscientes sobre o ato de apostar.

Depois de, em 2018, termos obtido a certificação em Jogo Responsável da *European Lotteries (EL)* e o nível mais elevado de certificação da *World Lottery Association (WLA)*, o ano de 2019 fica marcado pela continuidade e consolidação da Política de Jogo Responsável dos Jogos Santa Casa. As medidas e práticas de jogo responsável da organização foram reforçadas, essencialmente, em matéria de investigação, formação dos mediadores, marketing e publicidade, bem como pelo maior envolvimento dos *stakeholders*.

No âmbito das certificações atribuídas em 2018 pela *European Lotteries (EL)* e pela *World Lottery Association (WLA)*, realizou-se, em novembro de 2019, uma nova auditoria independente de jogo responsável que testemunhou o reforço destas medidas e práticas da organização.



A **investigação** sobre os hábitos de jogo a dinheiro e outras matérias associadas à temática do Jogo Responsável continuou a fazer parte do nosso quotidiano. Em 2019, estabelecemos procedimentos de análise dos resultados dos estudos promovidos que resultaram na identificação e implementação de melhorias nas medidas e práticas de jogo responsável. Por outro lado, continuámos a participar em fóruns de discussão, nacionais e internacionais, com vista à partilha de conhecimentos e experiências com diversos *players* relevantes deste mercado (investigadores, profissionais de saúde, outros operadores de jogo a dinheiro, etc.).

Foram igualmente desenvolvidos estudos acerca dos hábitos de jogo a dinheiro da população adulta portuguesa, permitindo concluir que o Departamento de Jogos tem atuado de forma consistente na divulgação das ferramentas de jogo responsável colocadas à disposição dos apostadores – como a autoexclusão do portal dos Jogos Santa Casa, a autoexclusão do Placard, a Linha de Apoio Jogo Responsável, entre outras. Não obstante o longo caminho ainda a percorrer, observou-se uma evolução positiva no conhecimento destas ferramentas por parte da população inquirida.

Por telefone, através do nosso portal ou da nossa rede de mediadores os meios variam, mas o objetivo é sempre o mesmo: informar com clareza e regularidade assim como sensibilizar os nossos apostadores e o público em geral para a temática do Jogo Responsável.

No ano transato, alargámos o questionário de autoavaliação de hábitos de jogo a dinheiro e das recomendações e ferramentas de proteção do apostador – até então disponível apenas no microsite de Jogo Responsável (jogoresponsavel.jogossantacasa.pt) – a toda a rede de mediadores dos Jogos Santa Casa, através de novos folhetos informativos que foram disponibilizados nos pontos de venda Jogos Santa Casa.

Notoriedade das ferramentas de Jogo Responsável*	2017	2019
Inquiridos que comprovadamente sabem em que consiste a autoexclusão	18%	26%
Inquiridos que sabem que é possível pedir a autoexclusão do Portal Jogos Santa Casa**	—	5%
Inquiridos que sabem que é possível pedir a autoexclusão do Placard	2%	6%
Inquiridos que já ouviram falar na Linha de Apoio Jogo Responsável	15%	18%

* Junto dos apostadores dos Jogos Santa Casa. Amostras de 1.000 e 1.200 (2019 e 2017, respetivamente) internautas portuguesas, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos.

** Mecanismo disponível desde novembro de 2017.

FOLHETO DE JOGO RESPONSÁVEL



O QUE É JOGAR DE FORMA RESPONSÁVEL?

- Encarar o jogo como uma atividade lúdica, de entretenimento e diversão;
- Adotar hábitos de jogo moderados, adequados à sua disponibilidade financeira e de tempo.

CONHEÇA O SEU PERFIL DE JOGADOR

Em relação aos seus hábitos de jogo, e considerando todos os jogos a dinheiro que conhece, assinale as situações com as quais se identifica.

- Tenho necessidade de jogar quantias mais elevadas de dinheiro para me divertir.
- Sempre que penso na possibilidade de parar de jogar, sinto-me inquieto(a) ou irritado(a).
- Já fiz várias tentativas, sem sucesso, para controlar, reduzir ou parar de jogar.
- Penso frequentemente em situações de jogo (ex: recordo jogadas anteriores, planeio jogadas futuras, planeio formas de obter dinheiro para jogar, imagino o que fazer com os prémios).
- Jogo muitas vezes quando me sinto deprimido(a), preocupado(a), angustiado(a), ou ansioso(a).
- Jogo frequentemente para tentar recuperar o dinheiro perdido em anteriores experiências de jogo.
- Evito dar a entender a outras pessoas o meu nível de envolvimento com o jogo (o tempo e/ou o dinheiro que gasto no jogo).
- Sinto que já me prejudiquei a nível pessoal e profissional devido a minha relação com o jogo.
- Já tive de recorrer a dinheiro emprestado para pagar dívidas de jogo ou para continuar a jogar.

SE ASSINALOU 4 OU MAIS DESTAS SITUAÇÕES, SUGERIMOS QUE SIGA AS NOSSAS RECOMENDAÇÕES DE JOGO RESPONSÁVEL.

JOGOS SANTA CASA
uma boa aposta

uma aposta responsável

PROTEJA OS MENORES DE IDADE!

- Sensibilize-os para os riscos de jogar a dinheiro;
- Não os envolva na compra de jogo;
- Não os envolva em prognósticos de jogo ou no ato de jogar;
- Não lhes ofereça bilhetes de jogo;
- Reforce que jogar a dinheiro é-lhes proibido por lei.

Proibido jogar a menores de 18 anos | Linha Direta Jogos 808 203 377 (das 8h às 24h)

ATUAÇÃO DOS MEDIADORES DOS JOGOS SANTA CASA

Em caso de dúvida sobre a maioridade dos apostadores, os mediadores dos Jogos Santa Casa podem, ao abrigo da lei, solicitar a apresentação de um documento de identificação comprovativo da idade dos mesmos.

INFORME-SE EM:



jogoresponsavel.jogossantacasa.pt

Reforçámos também a comunicação no digital, nomeadamente em www.jogossantacasa.pt, onde desenvolvemos conteúdos de comunicação mais regulares e com maior destaque, sempre com o objetivo de relembrar e reforçar determinadas medidas e práticas importantes a adotar pelos apostadores nesta matéria.

Sobre **Ferramentas e Mecanismos de Autoproteção dos Apostadores**, em jogo responsável, percebemos existir um conhecimento maior por parte da população em geral, na medida em que os números aumentaram face a 2018. Destaque para a ferramenta de autoexclusão.

AUTOEXCLUSÃO DO PLACARD*	2017	2018	2019	ACUMULADO LIQUIDO 2019
Nº de Autoexclusões	33	53	75	162
Nº de Revogações (após 180 dias)	—	5	5	

*Mecanismo disponível desde o lançamento da Placard, em setembro de 2015.

AUTOEXCLUSÃO DO SITE/PORTAL JOGOS SANTA CASA*	2017	2018	2019	ACUMULADO LIQUIDO 2019
Nº de Autoexclusões	26	347	433	692
Nº de Revogações (após 180 dias)	—	43	71	

*Mecanismo disponível desde novembro de 2017.

No que à Linha de Apoio JOGO RESPONSÁVEL diz respeito, o número de contactos recebidos sofreu um aumento no ano transato. Resultante de uma parceria entre a Santa Casa e o Instituto de Apoio ao Jogador, esta linha possibilita a apostadores, familiares e amigos a análise do seu perfil enquanto apostador dos jogos sociais. A partir do mesmo, são transmitidas algumas recomendações que podem culminar, em caso de necessidade, no encaminhamento para os profissionais do Serviço Nacional de Saúde.

A **formação** manteve-se uma das nossas principais preocupações no que ao Jogo Responsável diz respeito. É assim natural que, em 2019, tenhamos dado continuidade às diversas ações de formação, dedicadas quer a colaboradores quer a mediadores.

Destaca-se a ação destinada a colaboradores do Departamento de Jogos que, pelo seu formato diferenciador (não presencial e com recurso a vídeo), gerou bons resultados ao nível da aquisição de conhecimentos e de satisfação dos formandos, tendo a taxa de participação dos colaboradores do DJSCML sido de 87%. Também os nossos mediadores foram alvo de formação em Jogo Responsável, sendo esta temática um conteúdo obrigatório dos programas de formação destinados a este público, quer no âmbito de ações de formação inicial de mediadores, quer no âmbito de formação nacional a toda a rede comercial. No total, foram realizadas mais de 5 mil horas de formação sobre esta temática.

Por sua vez, com vista a garantir a **Prevenção de impactos sociais da oferta** dos nossos jogos, consolidámos metodologias de análise do impacto social associado a diversos projetos de reformulação de produtos existentes e de lançamento de novos produtos, bem como de análise rigorosa de requisitos de jogo responsável particularmente associados ao marketing e à publicidade de cada jogo. Neste âmbito, foram avaliadas mais de duas centenas de maquetas de diferentes produtos do nosso portefólio destinado a diversos meios publicitários e a imagens dos bilhetes dos diversos jogos, assim como a imagens e mecânicas de jogos online.

LINHA DE APOIO JOGO RESPONSÁVEL 214 193 721 linhadeapoio@iajpt.eu	2016	2017	2018	2019
N.º total de contactos recebidos	189	227	262	303
(dos quais) N.º total de contactos alvo de apoio psicológico	76	117	135	173

PLANO DE AÇÃO 2017-2020 – HORIZONTE 2020

A atividade de promoção do jogo responsável desenvolvida pelos Jogos Santa Casa contribui ainda para o **Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – PNRCAD 2013-2020**, coordenado pelo SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, do Ministério da Saúde. Desde 2013 que o Departamento de Jogos (DJSCML) participa nas diversas subcomissões do Plano Nacional, reportando anualmente a sua atividade em matéria de jogo responsável, no âmbito das ações previstas nesse Plano, nomeadamente:

AÇÃO N.º	CONTRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE JOGOS (DJSCML)
80. Indicadores sobre os mercados do jogo	Emissão e divulgação do Relatório & Contas anual do DJSCML.
97. Ações de sensibilização de profissionais da área do jogo	Formação anual sobre jogo responsável a colaboradores e mediadores dos Jogos Santa Casa.
99. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas eletrónicas institucionais	Disponibilização permanente de informação e recomendações de jogo responsável, através do microsite jogoresponsavel.jogossantacasa.pt
100. Desenvolvimento de outros instrumentos de comunicação em suporte eletrónico	Disponibilização permanente de informação e recomendações de jogo responsável no visor dos terminais de jogo dos mediadores dos Jogos Santa Casa, direcionado para os apostadores.
101. Campanhas de comunicação e ações de sensibilização	Realização da primeira campanha publicitária multimeios sobre jogo responsável realizada em Portugal, intitulada “Há jogos para todas as idades, os jogos a dinheiro são para maiores de 18 anos”.
103. Criar e divulgar materiais de sensibilização e de apoio à intervenção	Disponibilização permanente de informação e recomendações de jogo responsável através de folheto existente nos pontos de venda dos Jogos Santa Casa, destinado aos apostadores, assim como manutenção de um guia sobre as medidas e práticas de jogo responsável do DJSCML, destinado aos mediadores.
112. Colaboração com organismos comunitários e internacionais	Participação ativa e regular em fóruns de discussão e de decisão sobre jogo responsável, nomeadamente, junto das Associações internacionais de Lotarias de Estado de que o DJSCML é membro, nomeadamente, a europeia (EL), a ibero-americana (CIBELAE) e a mundial (WLA), submetendo-se ainda o DJSCML aos respetivos quadros de certificação em jogo responsável.

SEGURANÇA E RISCO

A segurança, em sentido lato, tem sido uma prioridade do Departamento de Jogos, bem como de toda a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com aplicação transversal de medidas a todas as áreas de atuação.

O Departamento de Jogos tem o seu **Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI)** certificado desde 2004, num processo de melhoria contínua e permanente implementação dos controlos de segurança decorrentes das normas internacionais.

O SGSI está subordinado às necessidades e objetivos do negócio tendo em consideração o contexto externo e interno da organização, bem como as necessidades e expectativas das partes interessadas, reforçando assim o modelo de exploração dos jogos sociais do Estado.

Tendo por desígnio contribuir para a transparência, a segurança e a integridade das operações, a proteção da informação, a conformidade legal e a preservação da imagem de reputação da Santa Casa e do seu Departamento de Jogos, o SGSI é um instrumento de gestão indispensável no nosso quotidiano, que promove a implementação dos normativos legais, com particular destaque para o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, e ainda para o sistema de controlo e gestão do risco relacionado com a promoção da integridade do desporto e da ética desportiva, implementado no âmbito da gestão das apostas desportivas à cota.

Em junho de 2019, e após a respetiva auditoria pela entidade certificadora, foi formalizada a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e da Informação da Misericórdia de Lisboa de acordo com as normas internacionais *WLA Security Control Standard: 2016 – Lottery and gaming security and integrity standards for operations*, da *World Lottery Association* e com a *ISO/IEC 27001:2013 – Information technology – Security techniques – Information security management systems – Requirements*.

Considerando as boas práticas de segurança da informação implementadas pelas diversas áreas abrangidas pelo SGSI, no âmbito da exploração dos jogos sociais do Estado, procedeu-se à revisão e atualização da documentação de suporte, com o objetivo de alargar essas boas práticas a todas as áreas de missão da Misericórdia de Lisboa. Em consequência, foram definidas, para todos os trabalhadores da instituição, as seguintes Políticas e Normas:

SCML/SI/POL/01	Política de Segurança Global e da Informação
SCML/SI/NOR/01	Gestão de incidentes de segurança
SCML/SI/NOR/02	Gestão do Risco Tratamento de Exceções
SCML/SI/NOR/03	Ações Corretivas e de Melhoria
SCML/SI/NOR/06	Padrões de atuação para trabalhadores sem serviço externo

Ao longo do ano, promoveu-se a implementação da gestão integrada da segurança, em especial no que respeita a projetos e processos aquisitivos que passaram a salvaguardar, para além dos requisitos de segurança, medidas técnicas e organizativas que evidenciam a conformidade com o disposto no Regulamento geral sobre a proteção da Dados Pessoais (RGPD) e demais legislação nacional.

Continuamos, ainda e de forma regular, a marcar presença assídua em grupos de trabalho no âmbito da segurança da informação a nível internacional, relacionados com a exploração dos jogos sociais, mantendo-nos, por isso, sempre a par das questões discutidas e das boas práticas levadas a cabo neste âmbito, e que não devem ser descuradas no nosso negócio.

Noutra vertente, o Departamento de Jogos tem atuado em estreita articulação com as entidades portuguesas, com as autoridades nacionais e internacionais e com a rede internacional resultante da ratificação em 2015 da Convenção sobre a Manipulação de Competições Desportivas (Convenção de Macolin), promovida pelo Conselho da Europa e que entrou em vigor a 1 de setembro de 2019. Esta articulação permite aplicar de forma sistemática um sistema de controlo e gestão de risco que integra as melhores práticas para a promoção da integridade do desporto e da ética desportiva.

Em 2019 foram aplicados e reforçados os modelos de análise de risco de forma transversal a todos os jogos e também individualmente de acordo com as suas especificidades, dos quais resulta uma maior capacidade de identificação de situações de risco, com vista à sua mitigação e participação às autoridades competentes sempre se justifique.

SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DAS FAMÍLIAS

“Um pequeno dispêndio para um grande sonho” mantém-se como princípio na forma como queremos que os apostadores encarem a sua aposta nos nossos jogos.

Trata-se de entretenimento descomprometido e de uma prática de dimensão eminentemente social, quer na resposta a um hábito humano de jogar, quer no impacto da redistribuição que lhe está inerente. A avaliação do montante que os portugueses dispendem em jogos sociais do Estado e do que este gasto pode representar no orçamento familiar é uma preocupação constante na gestão da oferta, com reflexos efetivos na forma como é determinada a estratégia de exploração dos jogos. Nesta medida, fatores como o tipo e as modalidades de jogo disponibilizados, os canais de oferta e o preço das apostas são equacionados não apenas para maximizar os rendimentos obtidos, mas para dar cumprimento à prevenção do jogo excessivo e à salvaguarda do património das famílias.

A sustentabilidade dos montantes gerados para as Boas Causas passa, sobretudo, pela capacidade de gerir de forma eficiente os recursos empregues na atividade de exploração do jogo e não pela promoção de um aumento de procura desequilibrado em relação à capacidade de consumo dos apostadores no seu conjunto.

O rendimento disponível das famílias evoluiu positivamente em 2019, estimando-se um crescimento de 2,3%, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal⁽¹⁾. Esta evolução terá sido consequência do impacto da situação favorável vivida no mercado de trabalho e dos custos de financiamento baixos, o que proporcionou uma evolução do consumo privado em ritmo semelhante.

Com base nesta projeção, a despesa líquida das famílias em jogos sociais (gasto em apostas deduzido do valor pago em prémios, líquido de imposto do selo) medida em percentagem do rendimento disponível mantém-se próxima de 1%, sem evolução significativa face aos níveis registados nos últimos anos.

Também pouco significativo, foi o aumento do valor despendido por registo, que passou de 2,4 euros 2018 para 2,5 euros em 2019, o que, não obstante tratar-se de um aumento, se encontra em linha com o intervalo de valores verificado nos últimos anos e com os princípios de jogo responsável que estão na base da nossa atividade, em que pretendemos uma larga base de apostadores, com dispêndios individuais de montantes relativamente baixos.

¹Dados do Banco de Portugal, Boletim Económico – dezembro/2019

4.2

Nós e a Sociedade

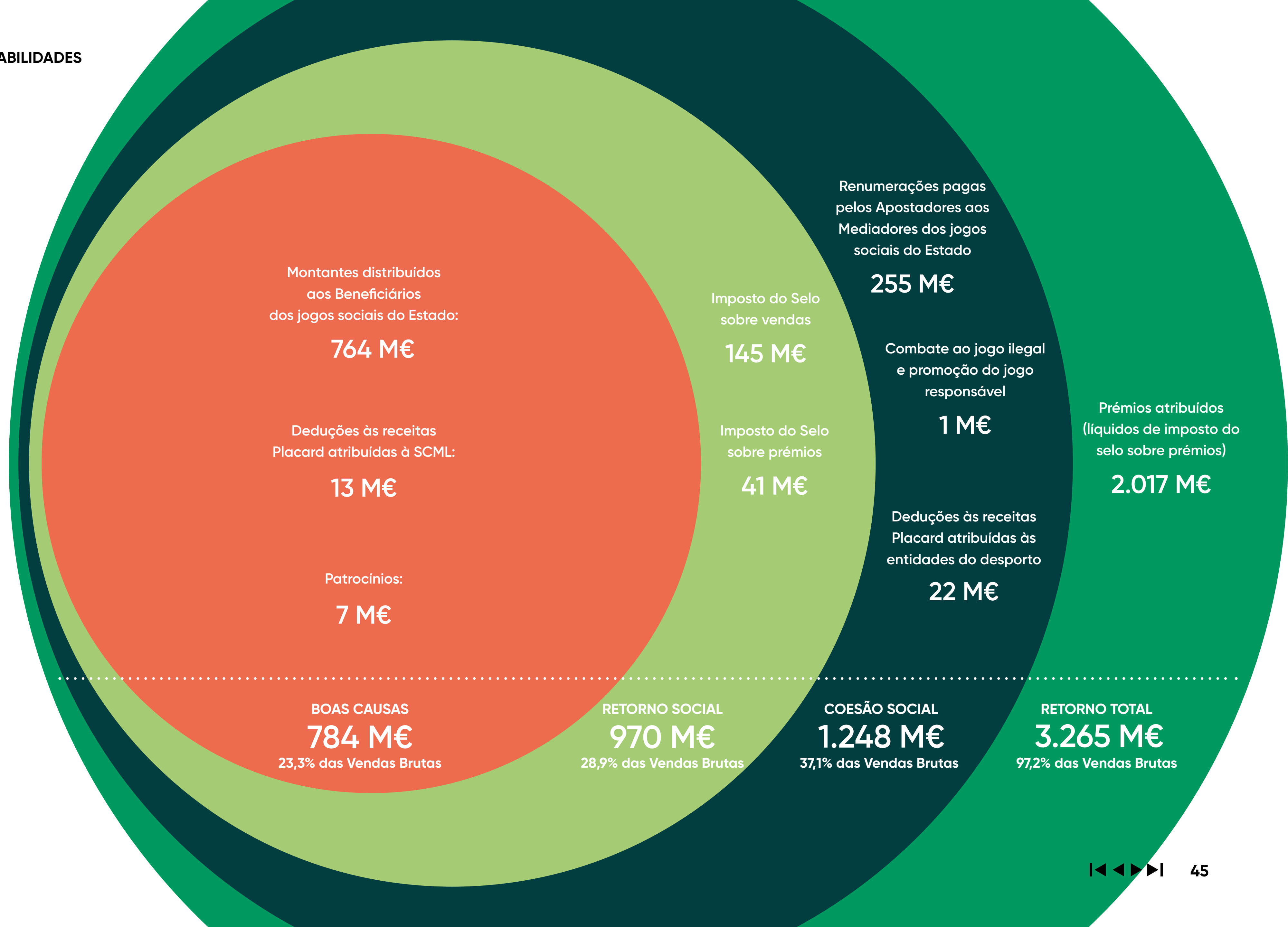
RETORNO À SOCIEDADE

Mantivemos em 2019 uma trajetória de crescimento, aumentando os resultados obtidos e, conseqüentemente, os montantes de retorno à nossa sociedade.

O montante total de retorno à sociedade gerado no último ano foi de 3.265 milhões de euros, representando 97,2% das vendas brutas de jogo. Os montantes gerados superaram, assim, os de 2018 em 245 milhões de euros.

A sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos Jogos Santa Casa sob a forma de prémios, remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, imposto do selo que incide sobre as vendas e sobre os prémios, resultados distribuídos aos beneficiários, deduções legais sobre as vendas brutas para promoção do desporto, patrocínios e investimento na promoção da legalidade e do Jogo Responsável.

Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e com a forma como de redistribuem.



BOAS CAUSAS

Em 2019 foram destinados 784 milhões de euros ao financiamento de boas causas. Mais 34 milhões de euros do que o registado em 2018, refletindo assim um acréscimo de 4,5%.

Resultados Distribuídos

Neste ano foram distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado 764 milhões de euros provenientes dos resultados de exploração dos nossos jogos.

Às entidades a quem são distribuídos os resultados da nossa atividade de exploração compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre as quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

Deduções às receitas das apostas desportivas à cota de base territorial (Placard) atribuídas à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Em 2019, e de acordo com o estabelecido na legislação que aprova o regime jurídico da exploração das apostas desportivas à cota de base territorial, foi atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o montante de 13 milhões de euros, correspondente à parcela que lhe cabe da receita do Placard.

Patrocínios

Os patrocínios atribuídos em 2019 totalizaram 7 milhões de euros. A estratégia de atribuição de patrocínios manteve-se inalterada face à adotada nos últimos anos e consubstancia-se principalmente no apoio ao desporto, com especial foco no talento desportivo e nos grandes eventos desportivos nacionais, reforçando, assim, o posicionamento e a notoriedade dos Jogos Santa Casa como a marca que mais apoia o Desporto em Portugal.

RETORNO SOCIAL

Ao financiamento direto das boas causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de imposto do selo, constituindo-se com estes valores o que designamos de **retorno social e que, em 2019, foi de 970 milhões de euros.**

O imposto do selo gerado pelos jogos sociais do Estado atingiu os 186 milhões de euros, registando, assim, um ligeiro acréscimo face a 2018. Este aumento assentou no crescimento das vendas, uma vez que a parcela de imposto resultante dos prémios atribuídos registou uma diminuição, devida à atribuição de um menor valor de prémios na categoria sujeita a este imposto.

Apesar desta evolução do imposto do selo gerado pelos nossos jogos (de 4,5% incluído no valor da aposta e 20% sobre a parcela dos prémios atribuídos que excede os 5.000 euros), registou-se um pequeno decréscimo do peso que este fator assume na receita fiscal do Estado, passando a representar 11,0%, quando em 2018 representou 11,5%.

Tabela 1: Importância do imposto do selo dos JSC na receita fiscal total de imposto do selo: 2017 – 2019 (milhões de euros; %)

	2017	2018	2019
Imposto do Selo sobre Vendas	130	134	143
Imposto do Selo sobre Prémios	69	46	42
TOTAL	199	180	185
Peso na receita fiscal do Estado em imposto do Selo	13,5%	11,5%	11,0%

NOTA: Valores liquidados em cada ano correspondentes ao período de reconhecimento da receita pelo Estado

COESÃO SOCIAL

No último ano, o contributo global dos Jogos Santa Casa para ações de promoção da coesão social em Portugal, ascendeu a 1.248 milhões de euros.

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado incluem-se neste patamar de retorno:

→ o investimento realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais, enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo, bem como na promoção do Jogo Responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública, e que, em 2019, foi de 0,6 milhões de euros;

→ a afetação de receita do Placard para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, de acordo com o previsto no regime de exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, que ascendeu a 22 milhões de euros;

→ as remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, que totalizaram 255 milhões de euros.

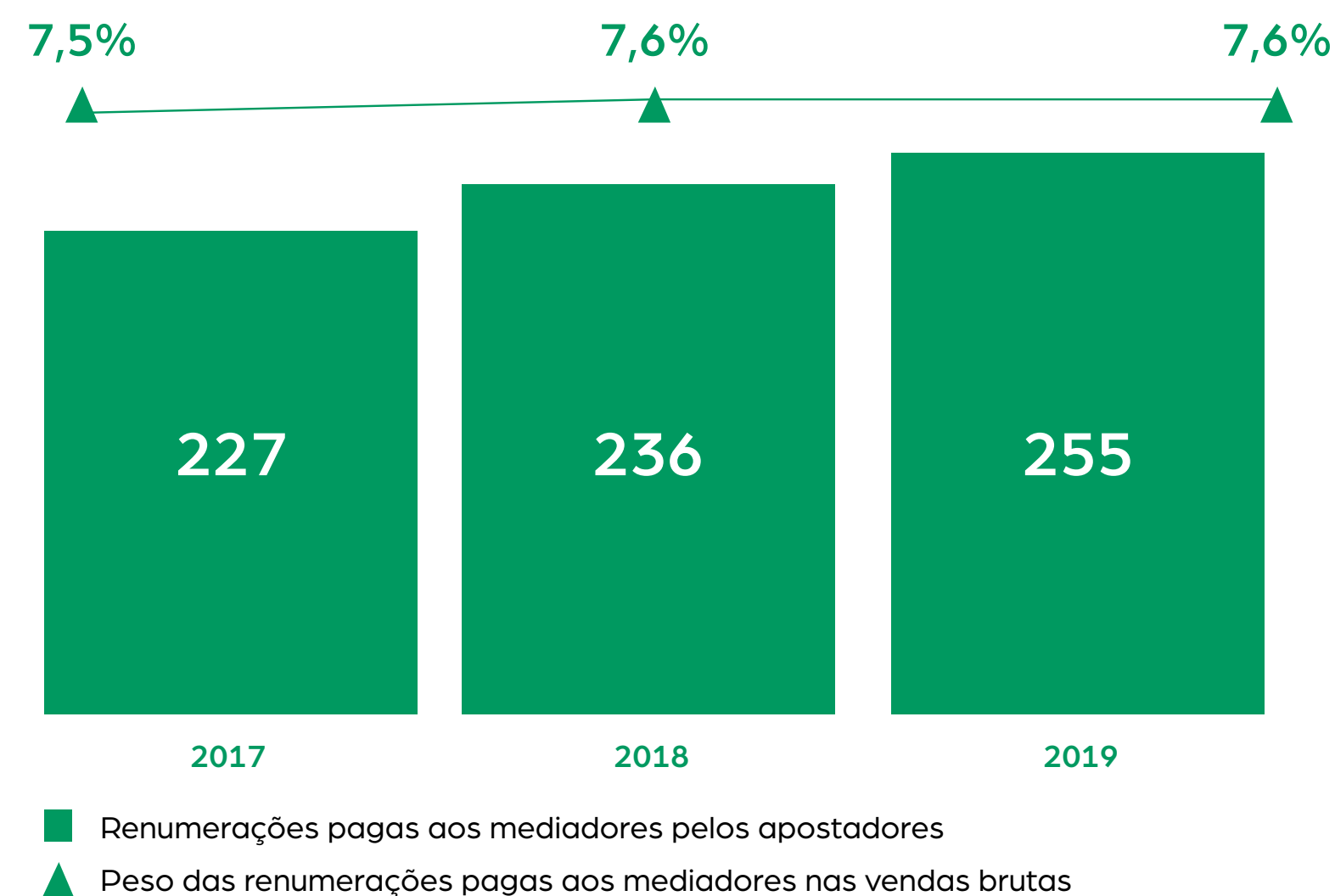
As remunerações pagas aos mediadores, constituem montantes que, em muitos casos, se traduzem num suporte financeiro determinante para um conjunto alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias empresas, instaladas em todo o país, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais.

Em 2019, cada um dos nossos 4.861 pontos de venda obteve em média 52 mil euros de remunerações, mais 8,9% do que no ano anterior. Estima-se que, na sua globalidade, estas receitas tenham assegurado mais de 16 mil postos de trabalho.

O peso relativo do valor recebido pelos mediadores sobre as vendas brutas tem sido estável nos últimos anos, com crescimento do valor absoluto das remunerações. Tal está diretamente relacionado com a estrutura de vendas e distribuição de vendas por canal. No último ano, o crescimento das remunerações pagas aos mediadores foi de 8,1% face a 2018, o que equivaleu a mais 19 milhões de euros.

REMUNERAÇÕES PAGAS AOS MEDIADORES PELOS APOSTADORES: 2017 – 2019

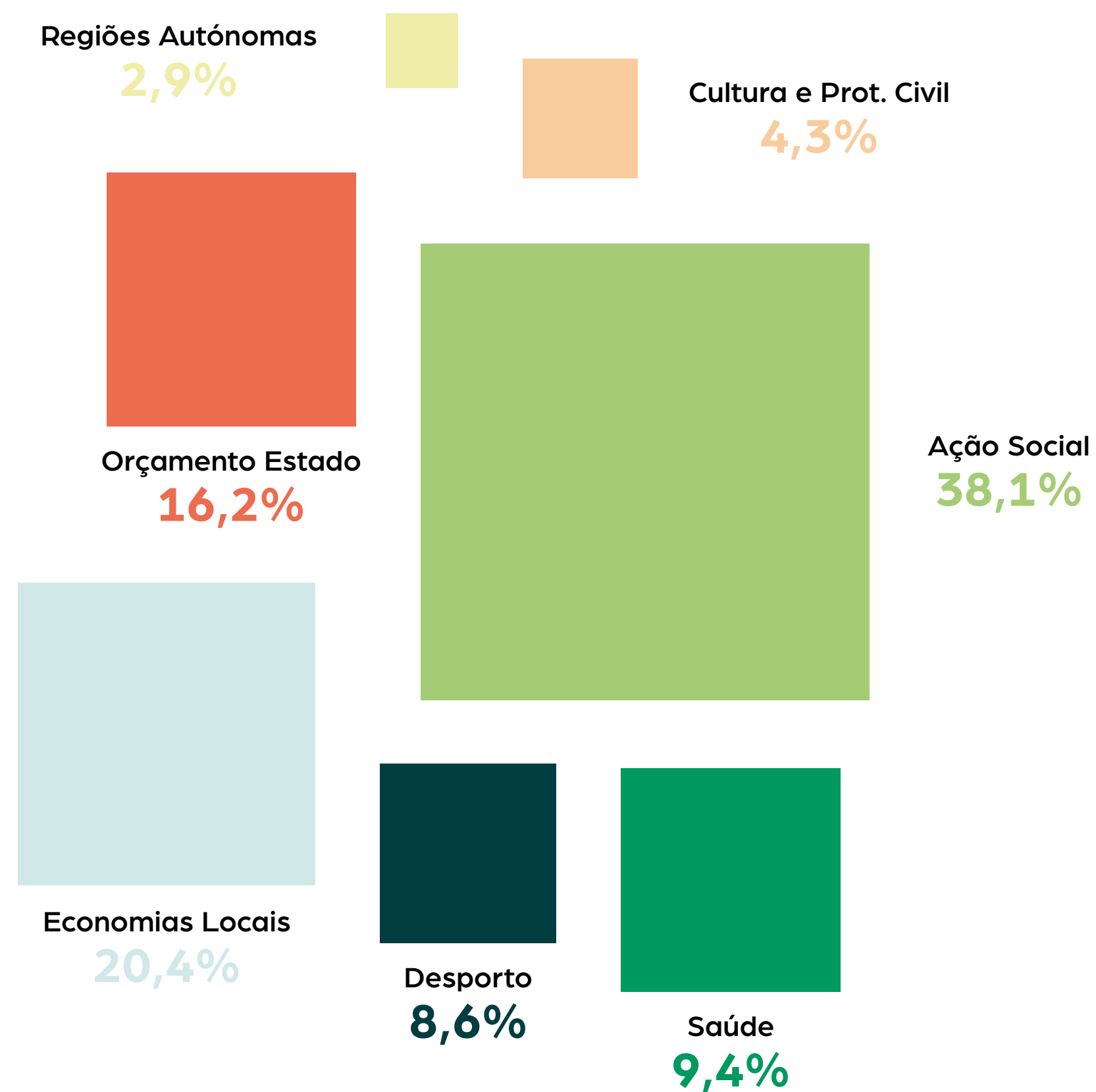
(milhões de euros; %)



Estes números ilustram de forma evidente a afirmação de que apostar nos jogos sociais do Estado através da rede física de mediadores, se traduz num reforço do nosso papel enquanto promotores de coesão social. Tal não se verifica apenas pela destacada importância económica que representamos, mas também pela capacidade de permitirmos aliar o entretenimento partilhado, o convívio e a fruição do espaço público que são aspetos valorizados pelos consumidores.

Entre os montantes destinados à coesão social, a verba arrecadada pelas empresas mediadoras dos jogos sociais do Estado representou 20,4% do total desta repartição, tendo sido a segunda principal destinatária, após a área social para a qual foram direcionados 38,1% dos valores distribuídos.

RETORNO POR ÁREA DE COESÃO SOCIAL: 2019



RETORNO TOTAL

Em 2019, o retorno total para a sociedade gerado pelos Jogos Santa Casa foi de 3.265 milhões de euros.

Neste último patamar de retorno à sociedade, somam-se os prémios atribuídos nos nossos jogos deduzidos do imposto do selo sobre prémios, já considerado ao nível do retorno social.

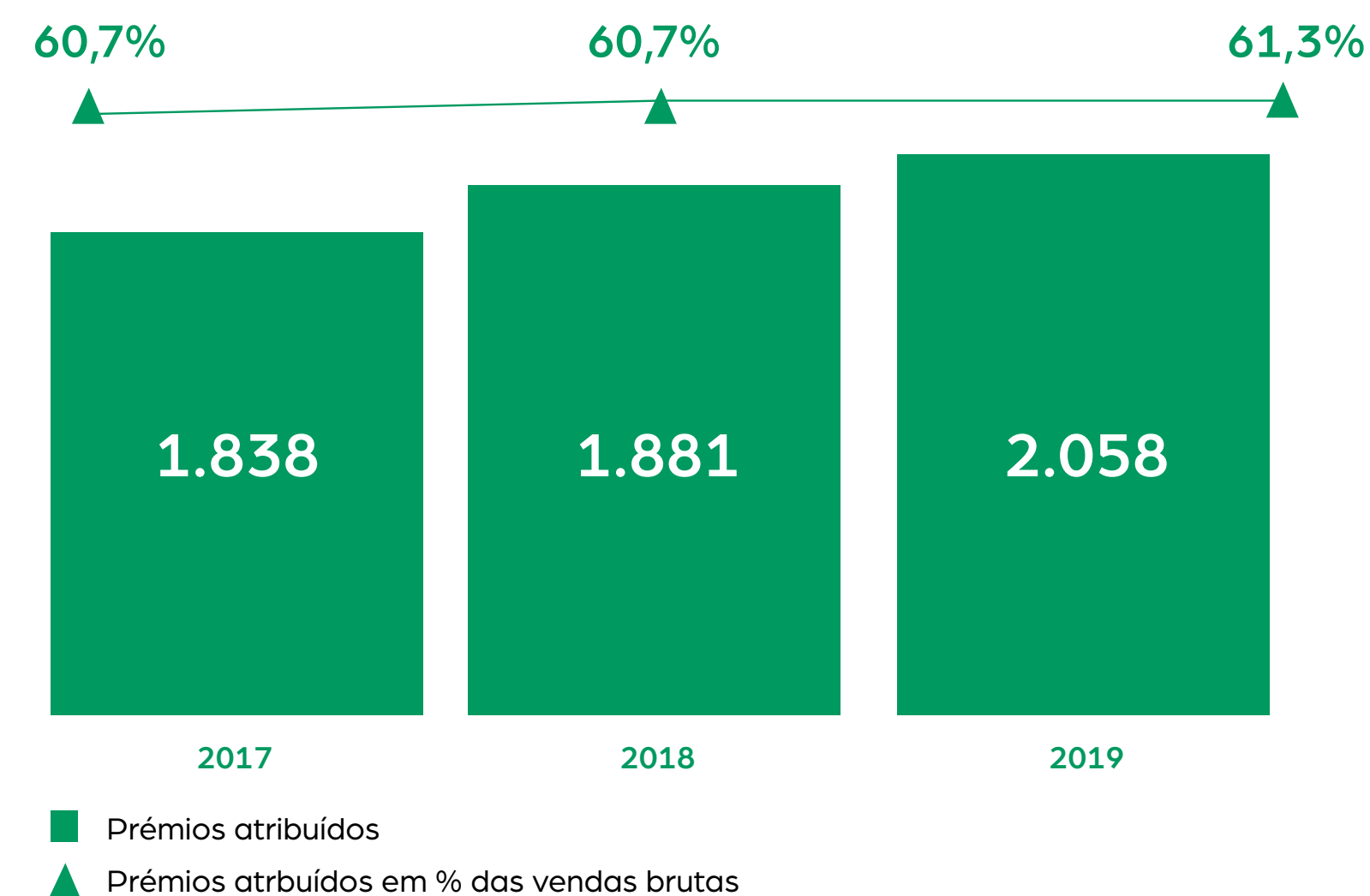
No último ano, os prémios atribuídos⁽²⁾ totalizaram 2.058 milhões de euros, um acréscimo de 9,4% face a 2018, tendo pela primeira vez sido ultrapassados os 2 mil milhões de euros em prémios.

O crescimento dos prémios atribuídos superou o crescimento das vendas, o que reforçou o seu peso para os 61,3%.

²Valor Bruto dos Prémios, sem dedução do imposto do selo sobre prémios

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS: 2017 - 2019

(milhões de euros; %)



PRÉMIOS AOS MILHÕES

Seja aplicada ao número de prémios distribuídos ou ao seu valor em euros, “milhões” continua a ser a unidade de referência e sinónimo de “altos premiados” dos Jogos Santa Casa.

Em 2019, foram mais de 2.000 milhões de euros atribuídos em prémios. Do conjunto dos jogos sociais, destaque para a Raspadinha por ter sido responsável pela maior fatia de prémios, com mais de 1.000 milhões de euros atribuídos.

Só em prémios de valor igual ou superior a 1 milhão de euros –, totalizamos 61, equivalentes a mais de 150 milhões de euros e gerados por 3 jogos: Euromilhões, M1LHÃO e Totoloto.

Apesar de, em 2019, o nosso criador de excêntricos – Euromilhões – ter atribuído apenas 1 prémio superior a 1 milhão de euros – neste caso referente a um primeiro prémio no valor de 79 milhões de euros, este montante foi suficiente para ultrapassar os 56 milhões atribuídos, ao longo do ano, pelo jogo que é “bem português” – M1LHÃO –, assim como o valor total dos 4 primeiros prémios atribuídos no Totoloto, equivalentes a cerca de 15 milhões de euros.

Em termos de distribuição geográfica, o Porto foi o distrito contemplado com mais “altos prémios”, no total de 13, logo seguido de Lisboa, com 12, tendo sido também a capital o destino do maior prémio do Totoloto, atribuído neste ano: 6 milhões de euros. Segue-se o distrito de Braga com 6 “altos prémios” atribuídos, e coube, uma vez mais, a Castelo Branco a “sorte” de arrecadar o maior prémio de todos, neste caso o primeiro prémio do Euromilhões, atribuído em abril.

PARCERIAS COM IMPACTO

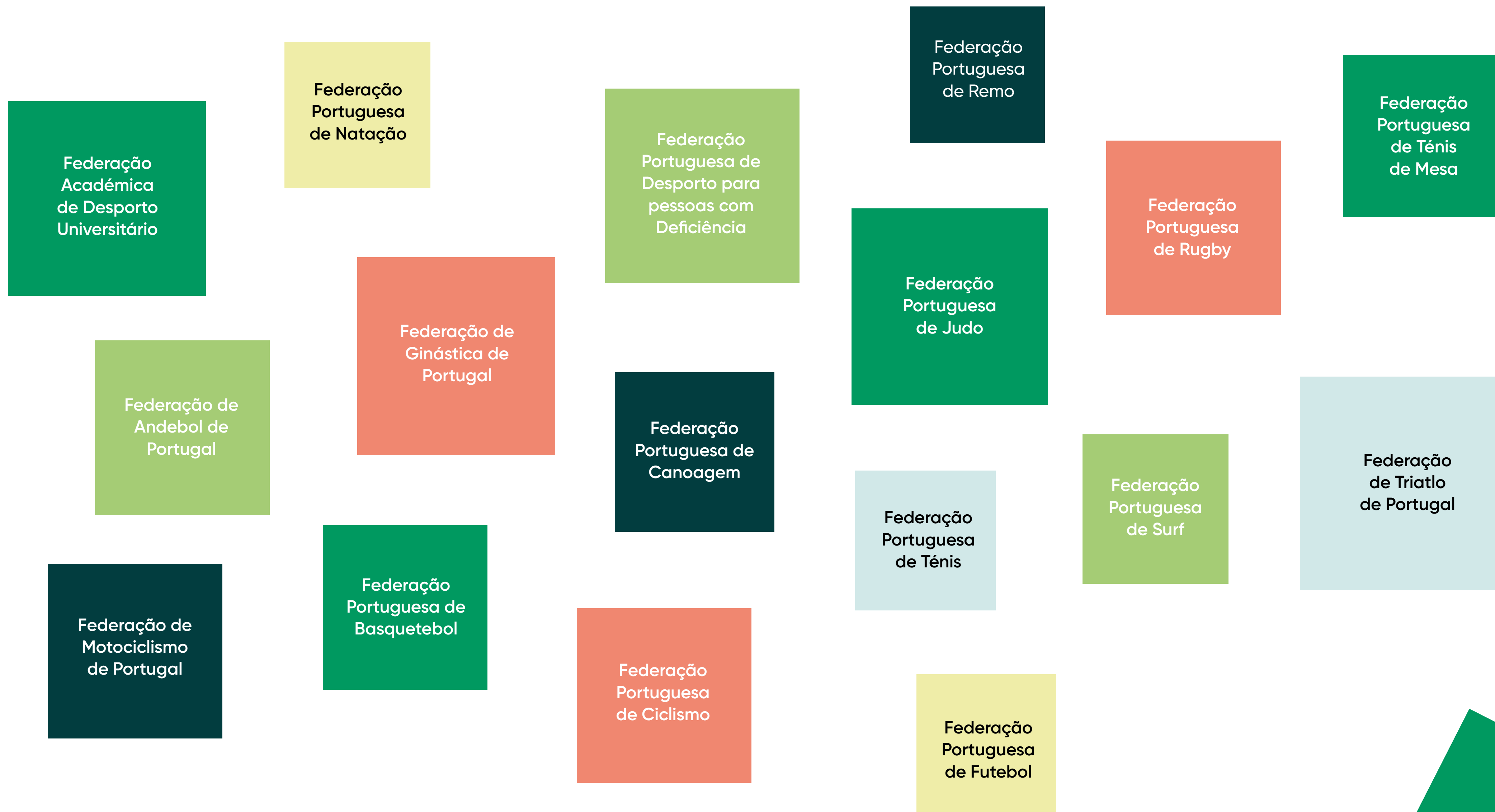
Desde 2012 que a marca Jogos Santa Casa prossegue uma *estratégia de patrocínios* assente no apoio ao desporto nacional, ao talento desportivo e aos grandes eventos desportivos nacionais, ambicionando transformar os apoios concedidos e as parcerias realizadas numa ferramenta de integração e coesão social. E 2019 não foi exceção!

Em cada modalidade patrocinada, tentámos ir ainda mais além. Apoiámos as seleções nacionais e continuámos apostados em dar relevo ao **desporto feminino**, ao **desporto adaptado** e ao desporto com utilidade no seio da nossa organização, promovendo, neste âmbito, ações específicas que permitissem a participação de utentes e colaboradores da Misericórdia de Lisboa.

Jogos Santa Casa, a marca que mais apoia o Desporto em Portugal

Sob o lema de “O desporto tem todo o nosso apoio”, continuámos empenhados em assumir o compromisso e o posicionamento estratégico adotados em anos anteriores, sob o desígnio de elevarmos a marca Jogos Santa Casa ao estatuto de maior apoiante do desporto no nosso país.

Neste âmbito, incrementámos o nosso apoio às federações desportivas nacionais, passando a incorporar mais uma federação (Federação Portuguesa de Natação) que se juntou às outras dezasseis com as quais já trabalhávamos.



Em 2019, foram 99 as seleções nacionais apoiadas – 30 delas femininas e 11 de desporto adaptado –, às quais se somam ainda as 17 seleções nacionais universitárias, provenientes do apoio à Federação Académica do Desporto Universitário (FADU).

Destaque para a Seleção Nacional de Futsal que entrou para o leque de equipas nacionais patrocinadas pela nossa marca comercial PLACARD, juntamente com as 8 seleções decorrentes do patrocínio à Federação Portuguesa de Natação.

E os **resultados** do nosso apoio às várias entidades desportivas também não passaram despercebidos. Foram vários os atletas que se destacaram, ao longo do ano, em competições importantes, garantindo ainda um elevado número no que toca a apuramentos para os próximos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Parabéns a todos pelos feitos alcançados!

Marcos de 2019 da Federação Académica de Desporto Universitário

Ainda em 2019, voltámos a apoiar e a marcar presença nos principais eventos desportivos organizados em território nacional, com particular destaque para a Volta a Portugal em bicicleta – a prova rainha do ciclismo –, o Estoril Open – um dos mais conceituados torneios do Circuito ATP –, o Nazaré *Tow Surfing Challenge* – a mais desafiante prova da *World Surf League* em Portugal –, entre outros grandes eventos desportivos e próximos da população, como são o caso das Maratonas (Lisboa e Porto), do *World Bike Tour* ou da emblemática Final da Taça de Portugal, que assume a marca Placard desde 2016.



O DESPORTO TEM TODO O NOSSO APOIO

Apoiamos

97

Seleções Nacionais

Atribuímos:

238

Bolsas de Educação a atletas

+600 mil

Euros em Bolsas de Educação a atletas

16

Federações Desportivas

2

Comités (Olímpico e Paralímpico)

Federação Portuguesa Ténis de Mesa

- Conquista do título de Vice-Campeão da Europa Masculino.
- Lugares de pódio em todas as competições internacionais (melhor época de sempre)
- 1ª medalha coletiva feminina da história
- Conquista de vice-campeonato feminino nos Jogos Europeus



Federação Portuguesa de Remo

- Conquista do 2º e 3º lugar em Taça do Mundo
- Primeira medalha nacional na canoagem adaptada conquistada num mundial



Federação Portuguesa de Natação

- Medalha de Prata no Campeonato do Mundo de Natação Adaptada



Federação Portuguesa de Canoagem

- 2 medalhas no campeonato do Mundo em K1 1000 e k1 5000 metros





Federação Portuguesa de Andebol

- Feito histórico da seleção sénior masculina no campeonato europeu (6º lugar)
- 2º lugar no Europeu de andebol em cadeira de rodas



Federação de Ginástica de Portugal

- Total de 7 medalhas de ouro, 11 de prata e 8 de bronze em Taças do Mundo
- 3 Medalhas de ouro, 5 de prata e 1 de bronze nos Campeonatos de Europa de Ginástica acrobática

Federação Portuguesa de Surf

- 1º lugar no Campeonato Europeu AS5 de Surf adaptado



Federação de Motociclismo de Portugal

- Conquista de título de Campeão da Europa de Bajas, Quads
- Conquista do título de Campeão da Europa de Bajas, Motos
- Atleta feminina vice-campeã da Europa de Bajas e 2º lugar na Taça do Mundo de Bajas





Federação Portuguesa de Judo

- Primeira medalha de ouro de sempre em Mundiais masculinos para Portugal (-100kg)
- Atleta feminina conquista título de vice-campeã do mundo (-70kg)



Federação Portuguesa de Ciclismo

- 1º lugar no Campeonato da Europa de Maratona BTT
- Primeira medalha do ciclismo feminino português em competições de elite (medalha de bronze na prova scratch do Campeonato da Europa)

Federação Portuguesa de Futebol

- Conquista da Liga das Nações da UEFA e Qualificação para o Euro 2020 da UEFA (Seleção A de Futebol)
- Presença garantida no Mundial de Futsal (Seleção masculina de Futsal)





Federação de Triatlo de Portugal

- Título de Vice-Campeão da Europa
- Conquista inédita do título de Campeão do Mundo de Júnior
- Medalhas de ouro e bronze em Taças do Mundo

Federação Académica de Desporto Universitário

- 5 medalhas de ouro, 4 de prata e 9 de bronze nos Jogos Europeus Universitários



UMA APOSTA CRESCENTE NA FORMAÇÃO

Com a aproximação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020 e a (ainda) maior exigência de preparação dos atletas para estas provas, alterámos o modelo inicial das **Bolsas de Educação Jogos Santa Casa**, em parceria com o Comité Olímpico de Portugal (COP) e o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), criando dois tipos de bolsas: uma de 3.000€, para quem mantenha os estudos a tempo inteiro, e outra no valor de 1.500€, para quem opte pelo regime de estudo parcial.

Duas soluções, um único objetivo: apoiarmos ainda mais atletas na sua caminhada olímpica, paralímpica e surdolímpica.

Sob a assinatura “Vamos passar a chama aos campeões do Futuro”, atribuímos, em 2019, um total de **54 Bolsas, no valor de 132 mil euros**: 44 bolsas a atletas em preparação para os jogos olímpicos e 10 a atletas em preparação para os jogos paralímpicos e surdolímpicos.

Já no âmbito da parceria com a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), reforçámos a atribuição anual de bolsas de educação no valor de 1.000€ cada, passando para um total de **10 bolsas destinadas a estudantes-atletas de desporto universitário** que, em 2018, conseguiram os melhores resultados desportivos em Campeonatos do Mundo Universitários e que, simultaneamente, também obtiveram aproveitamento escolar no ano letivo 2017/2018.

Com estes dois projetos, reforçámos grandemente a nossa aposta nas carreiras-duais, promovendo uma maior facilidade de conciliação da vida desportiva com a vida académica dos jovens atletas, ao mesmo tempo que estes investem numa maior e melhor representação desportiva de Portugal no futuro.

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL: A OUTRA FACE DOS PATROCÍNIOS

Prosseguindo um modelo de patrocínio útil para a sociedade e para os próprios utentes da Santa Casa, continuámos focados em explorar ao máximo e em conjunto com as entidades patrocinadas a dinamização de atividades promotoras da prática de atividade física e de ações de sensibilização e prevenção, passando por palestras motivacionais e até sessões de convívio com atletas reconhecidos.

Em conjunto com os Comités Olímpico de Portugal e Comité Paralímpico de Portugal e com as várias federações desportivas patrocinadas pelos Jogos Santa Casa foram desenvolvidas 36 ações que promoveram a prática desportiva junto de utentes e colaboradores da Santa Casa e nas quais participaram ativamente 815 colaboradores e 757 utentes, incluindo jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Sob o lema “Desporto para Todos” desenvolvemos, com as entidades desportivas apoiadas pela nossa marca, um total de 8 ações de desporto adaptado exclusivamente para utentes da Misericórdia de Lisboa, que contaram com 290 participantes. Paralelamente, dinamizámos 6 ações de sensibilização e experimentação de modalidades de desporto adaptado, em conjunto com o Comité Paralímpico de Portugal, que mobilizaram cerca de 1800 pessoas com deficiência.

Também a Federação Portuguesa de Desporto para pessoas com Deficiência realizou 35 ações de desporto adaptado, sob a chancela dos Jogos Santa casa, as quais contaram com 606 participantes.

PATROCÍNIOS ÚTEIS



Aula de *stand up paddle* com utentes da SCML

Ação "TodosPortugal" com utentes da SCML



Clínica de surf adaptado com utentes da SCML

MERCADOS DE NATAL, O PONTO DE ENCONTRO DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

Pelo quarto ano consecutivo, os Jogos Santa Casa marcaram presença no ***Wonderland Lisboa***, uma parceria com a TVI e a Câmara Municipal de Lisboa. Pelo terceiro ano consecutivo, a marca associou-se à ***Praça de Natal Jogos Santa Casa***, em Gaia, juntando-se à Global Media Group e à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Ambos os locais foram pontos privilegiados de promoção do produto mais emblemático do nosso portefólio: a Lotaria Clássica do Natal.

Durante cerca de um mês, o Parque Eduardo VII e o Centro Cívico de Vila Nova de Gaia voltaram a encher-se de diversões e iniciativas para que milhares de famílias pudessem viver a magia do Natal. Ambos os mercados registaram, uma vez mais, uma evolução muito positiva no número de visitantes, onde inúmeros utentes da Santa Casa não faltaram. Só em Lisboa, foram cerca de 300 os jovens e idosos, oriundos de 37 equipamentos da SCML, que visitaram o Wonderland e viveram algumas das experiências disponíveis neste mercado natalício.

Ainda à semelhança do que sucedeu em anos anteriores, o mercado de Natal da capital voltou a acolher a campanha solidária “Um presente a Mais para quem tem Menos”, convidando todos os portugueses a oferecerem um brinquedo ou roupa, novo(a) ou em bom estado, para serem entregues a crianças de diversos equipamentos da Misericórdia de Lisboa. No fim desta ação foram angariados 628 presentes!

Este tipo de projetos, com dinâmicas que procuram proporcionar momentos de alegria e solidariedade em família, estão muito alinhados com a mensagem que a marca Jogos Santa Casa pretende transmitir, corporizando assim a devolução à comunidade das receitas geradas pelos seus jogos sociais.

RECONHECIMENTOS

Seja no âmbito desportivo, na eficácia da sua comunicação e marketing ou no desempenho dos próprios serviços, em 2019 foram várias as áreas em que o trabalho que desenvolvemos foi reconhecido através da atribuição de prémios e distinções.

Segundo o estudo Meaningful Brands 2019, promovido pelo grupo Havas Media Portugal, a marca Jogos Santa Casa foi reconhecida, pelos consumidores portugueses, entre as três marcas com conteúdos mais relevantes na categoria “Recompensar”.

Comprovando, uma vez mais, a excelência do seu serviço, o nosso Contact Center arrecadou, pela quarta vez consecutiva, mais dois prémios atribuídos pela APCC Best Awards: o Prémio de Ouro (Gold Award) para melhor Contact Center (na categoria de “Outros Serviços”) e o Prémio Bronze na categoria geral de Contact Centers com menos de 50 agentes.

Também entre as várias entidades parceiras, a marca Jogos Santa Casa é, publicamente, distinguida. Em 2019, foi a vez da Federação de Motociclismo de Portugal nos atribuir um Diploma de Mérito, na gala mais importante desta modalidade.

Ainda em matéria de reconhecimentos, e como não poderia deixar de ser – ou não fosse este o jogo mais excêntrico do país –, o Euro-milhões voltou a vencer, pelo terceiro ano consecutivo, a categoria “Jogos da Sorte”, na 11.ª edição dos Prémios Marketeer.

NÓS E OS MEDIA

À semelhança de anos anteriores, o ano de 2019 gerou muitos milhares de notícias em torno dos jogos sociais. A marca Jogos Santa Casa continua a estar bem próxima dos portugueses, sendo, por isso, uma das marcas eleitas dos mesmos simbolizando prémios, sonhos e sorrisos e valor para a sociedade.



4.3

Inovação e Modernização

Empenhados em estudar e preparar novas formas de melhorar a nossa oferta, através da modernização de algumas plataformas e serviços, focámo-nos, em 2019, naquela que é uma das preocupações estruturais da nossa organização: promover, através do recurso a métodos inovadores, a implementação de processos de melhoria constante na forma de gestão do nosso negócio, procurando acompanhar as tendências de mercado e responder de forma mais eficaz às solicitações dos nossos apostadores e mediadores.

Por outro lado, concretizámos um importante processo de recuperação de património da instituição, nomeadamente do mais emblemático espaço do nosso universo dos sorteios: a Sala de Extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Depois de um ano e meio de intenso trabalho dedicado à **recuperação das esferas da Lotaria Nacional e à renovação da Sala de Extrações**, reabrimos, no dia 11 de novembro, as portas deste espaço aos colaboradores e público em geral.

Dotada de climatização (até então, inexistente), de nova instalação elétrica com um suporte energético redundante, de melhor iluminação, de equipamento de projeção mais recente, com novo e mais confortável mobiliário, entre outros aspetos importantes, a “nova” Sala de Extrações da Santa Casa apresenta-se mais moderna, dando agora o merecido protagonismo às imponentes esferas dos sorteios das lotarias.

Fabricadas em 1965, em França, com um metro de diâmetro e 300 quilogramas de peso, as esferas ganharam um novo brilho (no metal e nos cromados), recuperando assim a dignidade de outrora.

Ainda no que diz respeito à Lotaria Nacional, e com o objetivo de dar resposta às necessidades de modernização e de incremento da segurança dos sistemas de suporte à exploração dos jogos sociais do Estado, bem como à uniformização da oferta nos canais de venda e implementação de novas funcionalidades, foi implementado o **projeto de modernização da plataforma da Lotaria Nacional**, todo ele desenvolvido com recursos internos.

Inserida num conjunto mais alargado de projetos, integrados no programa de evolução tecnológica das plataformas de jogo do Departamento de Jogos, esta modernização entrou em produção em julho, permitindo a implementação de um novo modelo de exploração da Lotaria Nacional, mediante a introdução de novos mecanismos de gestão assentes numa reengenharia de processos. Com esta implementação, assistimos ao alargamento da oferta das Lotarias Clássica e Popular a todos os mediadores Jogos Santa Casa e, por consequência, a todos os apostadores, que passaram a poder jogar na lotaria também através da APP Jogos Santa Casa.

Desde a 1ª extração neste novo modelo, realizada a 9 de setembro e até ao final do ano, o crescimento homólogo de vendas (em termos de extrações comparáveis) foi de 24,3%, o qual traduz um aumento igualmente significativo de resultados destinados aos beneficiários dos jogos sociais.

Em março de 2019 entrou em produção a **nova plataforma e solução tecnológica de CRM de Contact Center**, de implementação transversal a todo o Departamento de Jogos.

Este projeto visou substituir algumas aplicações de base de dados e de gestão de informação relativa a premiados, permitindo uma maior modernização aplicacional, melhoria de processos, unificação de bases de dados e, por consequência, uma visão mais integrada dos maiores stakeholders dos nossos jogos (mediadores e apostadores, neste caso).

Para além de uma visão de 360 graus dos nossos apostadores e mediadores, esta nova aplicação de CRM/PRM veio facilitar a comunicação entre as áreas orgânicas do Departamento de Jogos, permitindo controlar de forma mais eficiente os níveis de serviço e implementar uma gestão mais eficaz dos processos de negócio.

Outra das vantagens obtidas com a implementação desta nova plataforma de gestão, foi a transformação do próprio serviço de Contact Center, que passa de um multicanal para um omnicanal (todos os canais integrados), o que se traduz num serviço ao cliente de maior qualidade, garantindo respostas mais uniformes e céleres e, também, uma visão holística do próprio "cliente".

5

Resultados

5.1

Rendimentos

Os rendimentos globais da atividade dos Jogos Santa Casa atingiram em 2019 os 880 milhões de euros. Com um acréscimo anual de 5,2%, este valor representa uma aceleração do crescimento face ao verificado no ano anterior, mantendo-se a tendência de aumento dos últimos anos.

RENDIMENTOS JSC: 2017 - 2019

(milhões de euros; %)

	2017	2018	2019	Var. 2019 / 2018
Vendas Brutas dos jogos⁽¹⁾	3.028	3.097	3.360	8,5%
Deduções ⁽²⁾	2.223	2.279	2.493	9,4%
Prémios	1.838	1.881	2.058	9,4%
Rem mediadores pagas p/ jogadores	227	236	255	8,1%
Deduções p/ atribuição de Receita	28	29	35	20,4%
Imposto do Selo s/ jogo	130	133	145	8,5%
Vendas líquidas dos Jogos ⁽¹⁾⁻⁽²⁾	805	818	867	5,9%
Outros Rendimentos (líquidos de regularizações FREM*)	14	18	13	-28,3%
TOTAL	819	836	880	5,2%

* Rendimentos deduzidos das regularizações de amortizações e de gastos de investimentos financiados através do FREM - Fundo de Renovação de Equipamento e Material

VENDAS BRUTAS

Em 2019 as vendas brutas dos nossos jogos situaram-se em 3.360 milhões de euros, mais 262 milhões de euros do que o registado em 2018, o que representa um crescimento de 8,5%.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS JSC, POR JOGO: 2017 – 2019

(milhões de euros; %)

	2017	2018	2019	Var. 2019 / 2018
Vendas Brutas JSC	3.028	3.097	3.360	8,5%
Apostas Mútuas	976	908	931	2,5%
Totobola	8	6	5	-3,2%
Totoloto	100	97	100	3,3%
Joker*	18	-	-	-
Euromilhões e Milhão	851	805	825	2,5%
Lotaria Nacional	64	69	76	11,4%
Lotaria Clássica	41	46	52	12,6%
Lotaria Popular	23	23	25	9,0%
Lotaria Instantânea (Raspadinha)	1.487	1.594	1.718	7,8%
Placard	502	527	634	20,4%

* Jogo suspenso em agosto de 2017

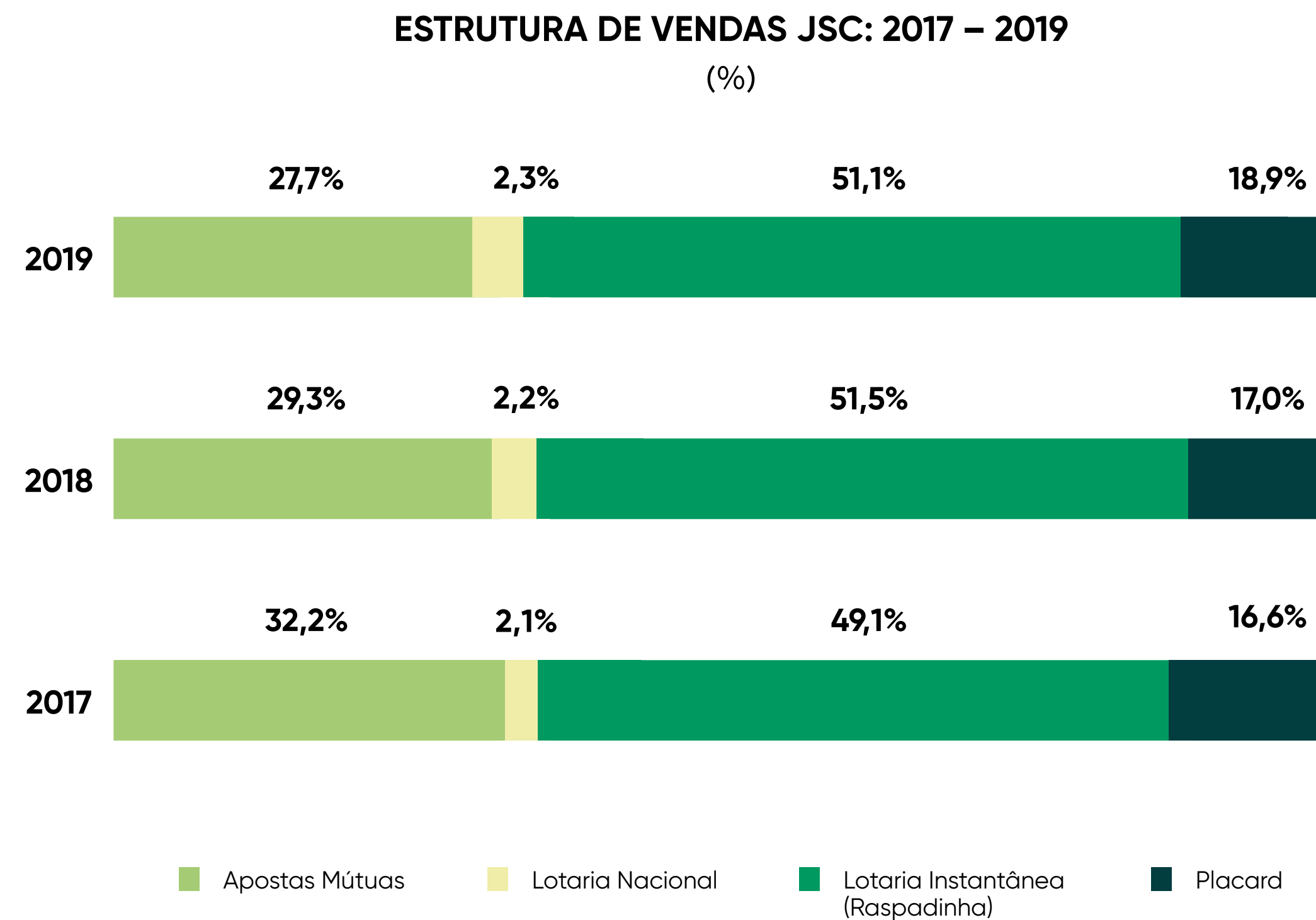
Este crescimento resulta do sucesso de uma estratégia de posicionamento que, fruto das melhorias da oferta e da experiência de jogo nos pontos de venda e da modernização dos meios de realização de apostas, nos tem vindo a permitir consolidar a base de apostadores, cujo perfil demonstra uma valorização dos aspetos lúdicos e de entretenimento que vão para além do fator prémio.

As vendas subiram em todas as categorias de Jogos, tendo a procura dos Jogos Santa Casa em 2019 ficado principalmente marcada pelo crescimento, em termos absolutos, da Raspadinha (que se manteve como o jogo mais vendido) com uma variação de 7,8% e do Placard que registou um aumento de 20,4%.

Assinalam-se, contudo, outras variações com bastante importância, como a da Lotaria Nacional (+11,4%) que se ficou a dever, em grande parte, ao arranque do projeto que viabilizou a colocação de jogo físico em todos os pontos de venda, com um incremento significativo de vendas em cada extração.

Outra evolução a sublinhar é a das Apostas Mútuas (+2,5%) que inverteu a tendência de redução de anos anteriores, com crescimento de todos os Jogos, exceto do Totobola.

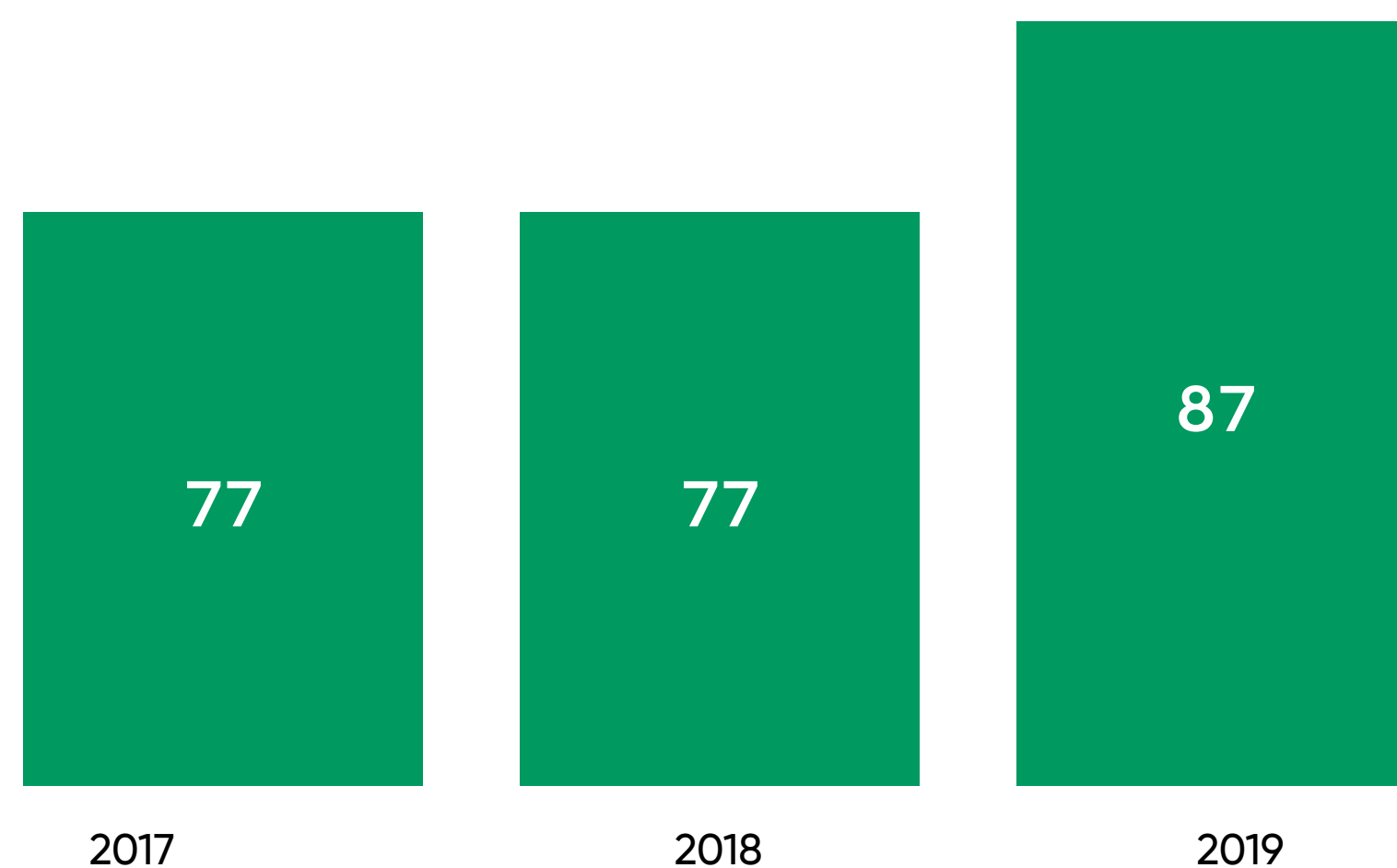
A forma como evoluíram os diferentes jogos trouxe repercussões à estrutura de vendas. Neste último ano a evolução mais marcante está relacionada com a dimensão ganha pelo Placard, que passou a representar 18,9% do total de vendas, retirando representatividade à Lotaria Instantânea (Raspadinha) e às Apostas Mútuas.



A Lotaria Nacional obteve um aumento de quota de vendas, que apesar de muito ligeiro, é sintoma de consolidação da tendência de crescimento deste Jogo.

**EVOLUÇÃO DAS VENDAS BRUTAS NOS CANAIS DIGITAIS
JSC: 2017 - 2019**

(milhões de euros)



■ Valor das vendas brutas nos canais digitais

No que toca à distribuição das vendas por canal assistiu-se em 2019 a uma muito ligeira perda de preferência dos apostadores pela rede de mediadores. Os pontos de venda físicos foram responsáveis por 97,4% das vendas dos nossos jogos (97,5%, em 2018) tendo os canais digitais dos Jogos Santa Casa, ao atingir os 87 milhões de vendas, aumentado as mesmas em 12,7%. As vendas na rede física, 3.273 milhões de euros, representaram um aumento de 8,4%.

No que toca à forma de registo de aposta, cabe aqui uma referência ao sucesso alcançado pela medida implementada em 2018 que permitiu a introdução do QR Code para registo de apostas Placard na rede de mediadores, tendo este mecanismo representado 65,6% do total de registos de aposta efetuados em 2019. Esta preferência traz evidentes benefícios em termos de sustentabilidade, quer financeira, quer ambiental.

VENDAS LÍQUIDAS

As vendas líquidas atingiram 867 milhões de euros em 2019, o que representou um crescimento de 5,9%.

Este crescimento, inferior ao das vendas brutas, prende-se com a evolução verificada em cada um dos Jogos que compõem o nosso portefólio, tendo-se acentuado, em 2019, o crescimento dos Jogos cuja percentagem de vendas destinada a prémios é maior, Placard e Lotaria Instantânea, o que se refletiu num payout que atingiu os 61,3%, face ao *payout* de 60,7% registado em 2018.

Ainda que com menor impacto em termos absolutos, contribuiu também para esta evolução a subida de 20,4% nas deduções legais para atribuição de receita do Placard.

5.2

Gastos

A par da expansão da atividade observada nos últimos anos, verifica-se o ajustamento dos gastos às efetivas exigências de exploração, que pela dimensão que atinge e pelo grau de integridade que é necessário assegurar, implica o reforço dos serviços que lhe estão associados.

Em 2019 registou-se um aumento de 12,4% no nível de gastos, situando-se estes em 104 milhões de euros .

Esta variação deve-se, sobretudo, ao aumento das despesas com fornecimentos e serviços externos, onde tiveram especial relevância os gastos com tecnologias de informação, com serviços de suporte às plataformas de jogo, com a conservação de equipamentos (terminais de jogos) e com as comunicações, nomeadamente as necessárias à transmissão de dados entre o Departamento de Jogos e os pontos de venda.

Nos restantes gastos, destaca-se o aumento das imparidades relacionadas com dívidas de mediadores para as quais existem dúvidas quanto à sua recuperação.

3) Gastos deduzidos dos montantes de despesa e amortizações correspondentes a investimentos financiados através do FREM – Fundo de Renovação de Equipamento e Material

GASTOS JSC: 2017 - 2019

(milhões de euros; %)

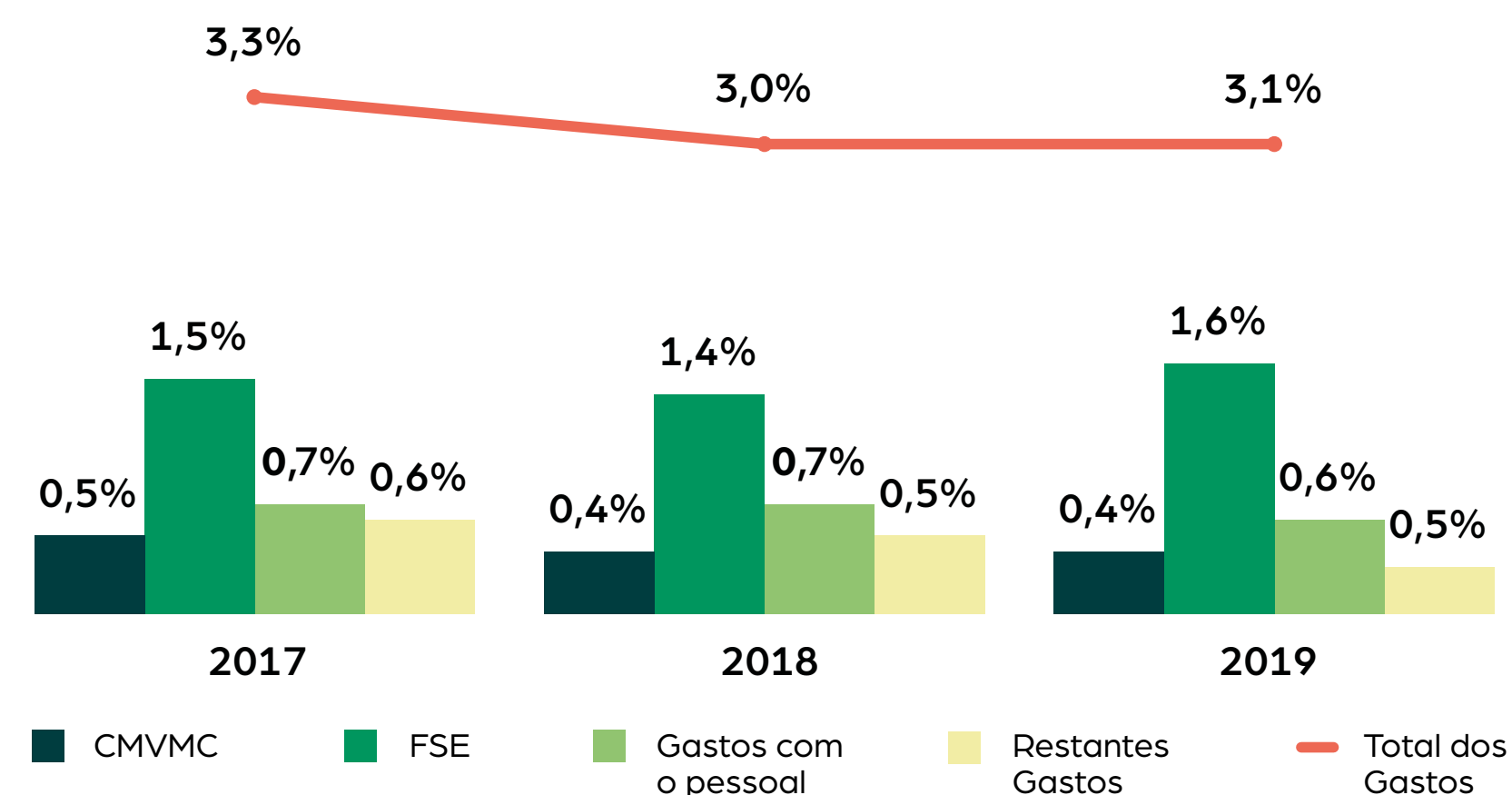
	2017	2018	2019	Var. 2019 / 2018
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	13	13	14	6,3%
Forn. e serv. Externos*	41	51	54	5,7%
Gastos com pessoal*	20	19	21	11,5%
Provisões do período	10	7	8	8,1%
Restantes gastos e perdas (incluindo dep. e amortizações)*	7	3	8	173,9%
TOTAL	90	93	104	12,4%

* Deduzidos dos montantes correspondentes à regularização de investimentos financiados através do FREM - Fundo de Renovação de Equipamento e Material

Não obstante a subida dos gastos, mantivemos a eficiência da nossa exploração num nível de elevada sustentabilidade, tendo o total de gastos representado 3,1% das vendas brutas. Dados que demonstram o esforço do Departamento de Jogos na otimização dos recursos que emprega na atividade que desenvolve.

GASTOS TOTAIS E POR NATUREZA EM % DAS VENDAS BRUTAS: 2017 -2019

(%)



5.3

Resultados

Os resultados líquidos de exploração em 2019 totalizaram 775 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,3% em relação aos resultados registados no ano anterior.

Esta variação, de mais 32 milhões de euros em relação ao ano anterior, vem dar continuidade ao ciclo de crescimento de resultados iniciado em 2015.

RESULTADOS LÍQUIDOS E A DISTRIBUIR: 2017 - 2019

(milhões de euros; %)

	2017	2018	2019	Var. 2019 / 2018
Resultado líquido do período	729	744	775	4,3%
Fundo de Renovação do equipamento e material	11	11	11	4,5%
Resultado a distribuir	718	733	764	4,3%

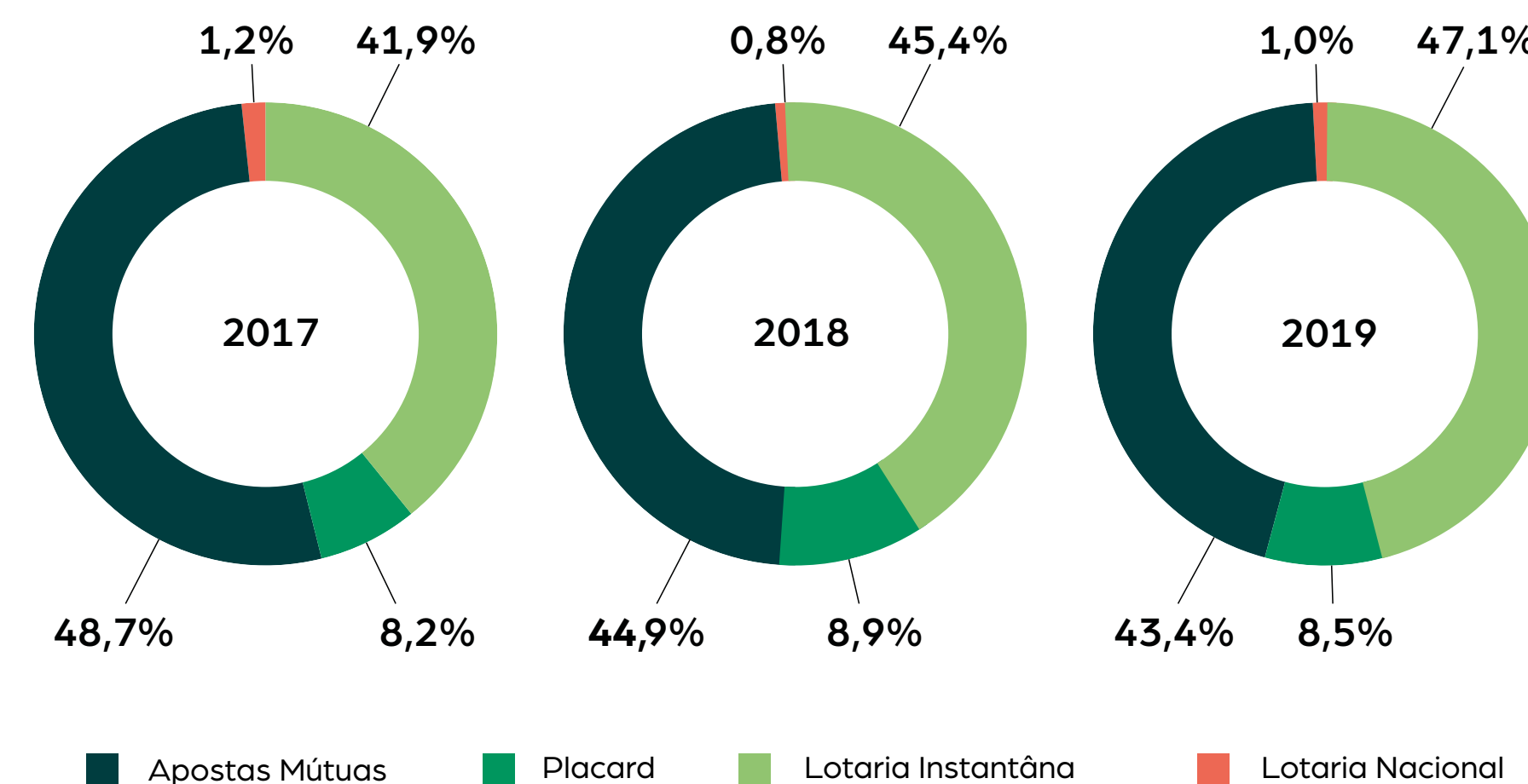
O jogo que mais contribuiu para a formação dos resultados foi a Lotaria Instantânea (Raspadinha), representando 47,1% dos mesmos.

O peso deste jogo voltou, assim, a ultrapassar o peso conjunto das Apostas Mútuas (43,4%).

O Placard diminuiu ligeiramente a sua importância na formação de resultados, representando em 2019, 8,5% dos resultados obtidos.

PESOS RELATIVOS POR JOGO NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS: 2017 - 2019

(%)

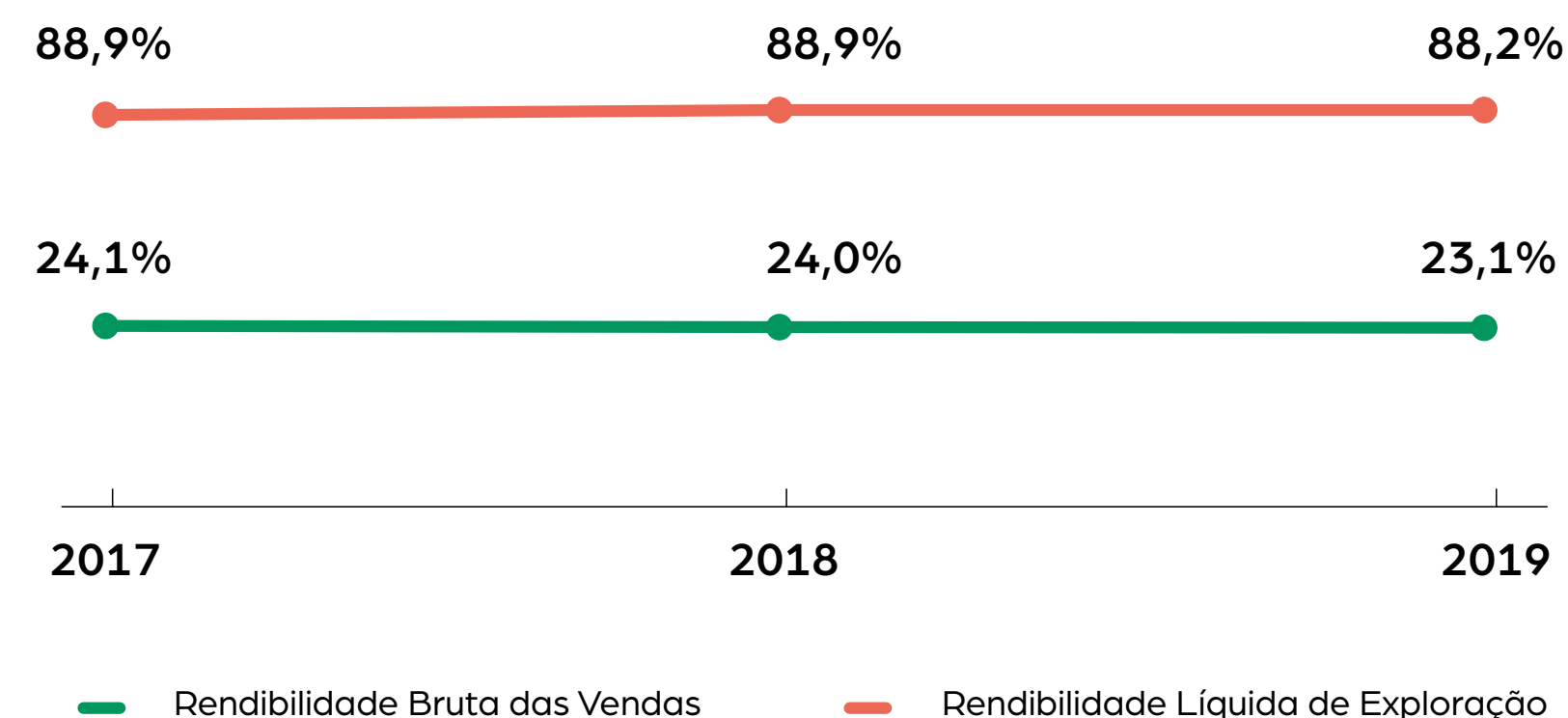


A evolução do portefólio dos JSC e dos respetivos reflexos em termos de contribuição por Jogo para a formação dos resultados tem impactos ao nível da rentabilidade bruta das vendas. Este indicador refletiu em 2019 o aumento da importância dos Jogos com maiores percentagens destinadas a prémios e deduções legais, bem como com maiores necessidades de gastos operacionais, ou seja, com rentabilidades individuais mais baixas. O valor da rentabilidade bruta das vendas em 2019 foi de 23,1%, tendo sido de 24,0% no período homólogo.

Contudo, há que referir a ocorrência extraordinária de um elevado montante de prémios caducados em 2018 que voltou a valores mais consentâneos com a normalidade em 2019. Ao retirar o efeito deste facto extraordinário a rentabilidade em 2018 teria sido de 23,8%, o que faria reduzir a descida verificada este ano.

A rentabilidade de exploração, medida com base nas vendas líquidas e anulado o efeito dos prémios caducados, apresenta também uma evolução decrescente, refletindo essencialmente o aumento do peso dos gastos de exploração. Em 2019 esta rentabilidade foi de 88,2%, tendo sido de 88,9% em 2018.

NÍVEIS DE RENDIBILIDADE JSC: 2017 – 2019



A rendibilidade dos jogos sociais, bruta e líquida, tem-se mantido muito elevada e apresenta a evolução esperada dentro da estratégia de diversificação de portefólio e expansão de atividade adotada pelos JSC, num contexto em que são prioritárias as medidas de continuidade de negócio ajustadas às tendências manifestadas pelos apostadores com os quais é vital fortalecer continuamente a relação de integridade, confiança e modernidade na experiência de jogo.

Partindo destas premissas, mantém-se o objetivo de maximizar o retorno dos montantes investidos pelos portugueses em jogo, fazendo com que a sociedade como um todo, direta ou indiretamente, beneficie da redistribuição que resulta da exploração dos jogos sociais do Estado.

Nos resultados distribuídos aos beneficiários verificou-se um acréscimo de 4,3% relativamente aos montantes distribuídos em 2018, tendo estes ascendido a 764 milhões de euros.

A parcela de resultados líquidos destinada à constituição do FREM – Fundo de Renovação do Equipamento é calculada através da aplicação de uma percentagem sobre as vendas de cada Jogo. Este fundo é constituído com vista ao financiamento de investimentos futuros em modernização de equipamento e infraestruturas necessários à exploração dos nossos jogos, tendo o mesmo um efeito equilibrador dos resultados líquidos.

Manteve-se relevante a reposição deste fundo, uma vez que os últimos anos e o próprio ano de 2019 foram anos de significativos investimentos, associados, sobretudo, ao lançamento dos novos jogos – Placard e M1lhão – e ao reforço dos sistemas e canais de suporte ao jogo. Registou-se um montante de reforço 4,5% superior ao do ano anterior, o que foi motivado pela subida de vendas dos jogos que estão na base da sua constituição.

Com efeito, no último ano, o investimento realizado pelo Departamento de Jogos em projetos nestas áreas ascendeu a 11 milhões de euros, mantendo-se, sensivelmente, o mesmo nível de investimento registado no ano anterior.

6

Demonstrações Financeiras

BALANÇO

(euros)

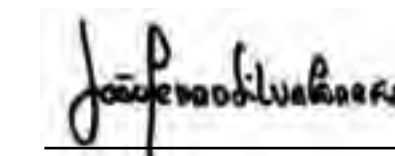
	Notas	31-dez-2019	31-dez-2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11.374.002	11.849.124
Ativos intangíveis	8	6.822.193	7.606.577
Participações financeiras - outros métodos	9	94.600	94.600
Outros investimentos financeiros	10	217.726.690	203.757.354
		236.017.484	223.307.655
Corrente			
Inventários	11	4.913.107	5.751.391
Mediadores	12	34.719.846	36.465.546
Estado e outros entes públicos	13	83.471	81.562
Outros créditos a receber	14	21.787.746	16.189.917
Diferimentos	15	2.701.835	1.435.867
Caixa e depósitos bancários	5	240.169.396	210.390.843
		304.375.401	270.315.126
Total do ativo		540.392.855	493.622.781
Capital próprio			
Fundo social	16	181.277	181.277
Outras variações no capital próprio	17	38.026.129	39.213.478
		38.243.406	39.394.755
Resultado líquido do período	18	775.493.678	743.656.196
Resultado distribuído aos Beneficiários	18	(764.376.696)	(733.017.846)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	18	(11.116.982)	(10.638.260)
Total do capital próprio		38.243.406	39.394.755
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	114.639.848	106.984.973
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	2.680.884	3.164.203
Prémios a pagar	21	90.871.148	74.065.573
		208.191.881	184.214.749
Corrente			
Fornecedores	22	9.996.198	7.121.750
Estado e outros entes públicos	13	28.892.671	25.741.175
Prémios a pagar	21	34.439.996	24.350.107
Outras dívidas a pagar	23	218.905.242	195.202.859
Diferimentos	24	1.723.491	17.597.386
		293.957.598	270.013.277
Total do passivo		502.149.479	454.228.026
Total do capital próprio e do passivo		540.392.885	493.622.781

O Provedor,



(Edmundo Emilio Mão de Ferro Martinho)

O Vice-Provedor,



(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

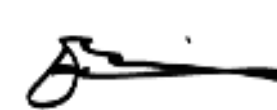


(André Casanova Matos Prado Lyra)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

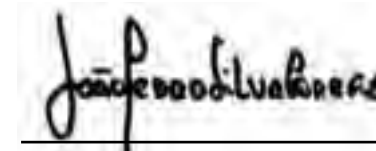
		(euros)	
Rendimentos e gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	25	866.662.524	818.137.549
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(13.944.616)	(13.113.991)
Fornecimentos e serviços externos	27	(59.977.863)	(54.421.869)
Gastos com o pessoal	28, 20	(20.989.152)	(18.816.532)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(4.150.628)	(532.705)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(7.660.875)	(6.293.863)
Aumentos/reduções de justo valor	10	3.722	483
Outros rendimentos	29	25.146.624	25.588.203
Outros gastos	30	(1.504.293)	(1.224.001)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		783.585.443	749.323.275
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8	(6.353.278)	(5.513.931)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		777.232.165	743.809.345
Juros e rendimentos similares obtidos	31	241.945	606.327
Juros e gastos similares suportados	32	(1.989.432)	(759.566)
Resultado líquido do período		775.493.678	743.656.106

O Provedor,



(Edmundo Emilio Mão de Ferro Martinho)

O Vice-Provedor,



(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,

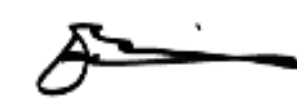


(André Casanova Matos Prado Lyra)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

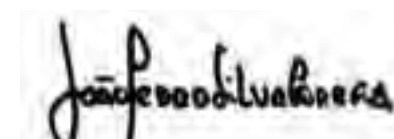
	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2018	181.277	-	37.264.907	-	37.446.184
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	1.948.571	-	1.948.571
	181.277	-	39.213.478	-	39.394.755
Resultado líquido do período			-	743.656.106	743.656.106
Resultado integral	181.277	-	39.213.478	743.656.106	783.050.861
Outras operações					
Distribuições	-	-	-	(733.017.846)	(733.017.846)
Outras operações	-	-	-	(10.638.260)	(10.638.260)
	-	-	-	(743.656.106)	(743.656.106)
31 de dezembro de 2018	181.277	-	39.212.478	-	39.394.755
1 de janeiro de 2019	181.277	-	39.212.478	-	39.394.755
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(1.151.348)	-	(1.151.348)
	181.277	-	38.062.129	-	38.243.406
Resultado líquido do período	-	-	-	775.493.678	775.493.678
Resultado integral	181.277	-	38.062.129	775.493.678	813.737.084
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(764.376.696)	(764.376.696)
Outras operações	-	-	-	(11.116.982)	(11.116.982)
	-	-	-	(775.493.678)	(775.493.678)
31 de dezembro de 2019	181.277	-	38.062.129	-	38.243.406

O Provedor,



(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Vice-Provedor,



(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,



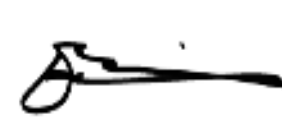
(André Casanova Matos Prado Lyra)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

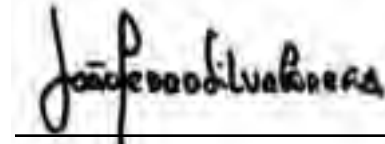
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Mediadores	1.584.157.631	1.464.552.195
Pagamentos a fornecedores	(66.570.205)	(66.669.518)
Pagamentos ao pessoal	(11.393.390)	(10.880.189)
Caixa gerada pelas operações	1.506.194.036	1.387.002.487
Outros recebimentos / pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	1.783	2.007
Euromilhões	744.515	546.767
Outros recebimentos	2.535.458	1.416.772
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(196.042.228)	(191.678.993)
Prémios	(468.223.247)	(417.312.661)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(794.102.441)	(769.934.461)
Euromilhões	-	(563.658)
Outros Pagamentos	(3.398.389)	(2.767.494)
Rec./Pagam. SC	1.295.636	423.039
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	49.005.122	7.133.506
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(6.220.264)	(8.086.713)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	(74.089.559)	(92.287.028)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	61.002.332	77.511.320
Juros e rendimentos similares	80.922	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(19.226.570)	(22.862.421)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	(7.041)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	(7.041)
Variação de caixa e seus equivalentes	29.778.553	(15.735.957)
Caixa e seus equivalentes no início do período	210.390.843	226.126.800
Caixa e seus equivalentes no fim do período	240.169.396	210.390.843

O Provedor,



(Edmundo Emilio Mão de Ferro Martinho)

O Vice-Provedor,



(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,



(André Casanova Matos Prado Lyra)



Anexo

1. INTRODUÇÃO

O Departamento de Jogos (referido neste documento como “**Departamento de Jogos**” ou “Entidade”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “**Santa Casa**” ou “**Serviços Centrais**”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 53/2018, de 20 de agosto.

Os Jogos explorados pelo Departamento de Jogos, em 2019, foram:

- › Lotaria Clássica
- › Lotaria Instantânea (Raspadinha)
- › Totoloto
- › Totosorteio – M1LHÃO
- › Lotaria Popular
- › Totobola
- › Euromilhões
- › Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial – Placard

O Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- › Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- › Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
- › Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- › Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
- › Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
- › Estruturação orgânica dos serviços;
- › Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela Tutela;
- › Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- › Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
- › Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- › Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
- › Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos nos Estatutos da Santa Casa, aprovados no art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). São Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 13 de março de 2020. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), observado o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Estas demonstrações financeiras não são as primeiras a serem apresentadas de acordo com as NCRF.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como "Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados" se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como se segue:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,1450
GBP	0,8508	0,8945

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede à depreciação da totalidade do bem ao longo do primeiro ano de utilização, sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Equipamento básico	Entre 1 a 25 anos
Equipamento de transporte	Entre 5 a 17 anos
Equipamento informático	Entre 1 a 14 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 4.4.).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados

4.3. Ativos intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- › Aos programas de computador (software) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- › Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os apostadores dos jogos sociais; e
- › A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
 - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
 - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
 - Estão assegurados o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
 - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil

Vida útil	
Programas de computador	3 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.4. Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros determina-se na data do reconhecimento inicial.

Os investimentos financeiros são classificados/mensurados como se segue:

- › Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- › Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os investimentos financeiros:

- › Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- › Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- › Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.6. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor custo entre o valor de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

4.8. Mediadores e Outros Créditos a Receber

As rúbricas de mediadores e de Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

A cobrança das receitas é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior.

No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao jogo ativado nos terminais do mediador. A cobrança das Apostas Desportivas à Cota refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

Relativamente à Lotaria Nacional, até às extrações n.º 36 de 2019:

- › Para a Lotaria Nacional desmaterializada, a cobrança diz respeito às vendas realizadas, independentemente do momento da extração;
- › As receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com caução específica para a Lotaria Nacional, são entregues ao Departamento de Jogos até 30 dias após a véspera da extração;
- › As cobranças referentes a mediadores sem caução são realizadas no ato do levantamento do jogo.

Com a entrada em produção da nova plataforma de suporte à Lotaria Nacional, foi alterado o modelo de cobrança.

A partir da extração n.º 37 de 2019 (inclusive) a cobrança do jogo físico e desmaterializado diz respeito às vendas realizadas, independentemente da data da extração.

As perdas por imparidade dos mediadores e de outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

4.10. Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

- › Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- › Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- › Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- › Cujas remunerações sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- › Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.11. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e de outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.12. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de "Fundo de Pensões"), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

Adicionalmente, o Departamento de Jogos assume e a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas dos colaboradores abrangidos,

até ao momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário dos mesmos até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte temporal de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 20, o Fundo foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

Fundo de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas legais (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- › Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do

artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6.º);

- › Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- › Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
- › Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- › **Pensão de velhice e invalidez**
Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- › **Pensão de sobrevivência imediata e orfandade**
Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- › **Pensão de sobrevivência diferida**
Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência” a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do exercício em que o corte ou liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; o montante possa ser estimado com razoabilidade.

As provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinado, considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as Apostas Desportivas à Cota, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	(euros) Limite máximo fixado
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	423 978
	Totobola	0,5%	74 820
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150 000 000
Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.	Apostas Desportivas à Cota	1,0%	5 000 000
Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.	Totosorteio	1,0%	1 000 000

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente de discordâncias de natureza contratual com fornecedores e reclamações de prémios que não cumprem os requisitos para reclamação. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamento.

4.14. Fundo para pagamento de prémios dos concursos

Totoloto

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte".

Totosorteio (M1LHÃO)

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio, determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

4.15. Distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais

A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

4.16. Distribuição de receitas das Apostas Desportivas à Cota (Placard)

A distribuição das receitas das Apostas Desportivas à Cota é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, conforme o Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

4.17. Outras variações no Capital Próprio – Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, a cativação de receitas

obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos Beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento. Daquela cativação resulta a constituição do Fundo de Renovação de Material e Equipamento, doravante designado FREM.

O valor utilizado deste Fundo é regularizado em função das depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

4.18. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.19. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

4.20. Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Lotarias, Apostas Mútuas e Apostas Desportivas à Cota. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das Apostas Desportivas à Cota previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Apostas de jogo

› Lotarias Clássica e Popular

O rendimento é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

› Lotaria Instantânea (Raspadinha)

O rendimento é reconhecido na data da ativação do jogo nos terminais do mediador e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa.

› Apostas Mútuas

O rendimento é reconhecido na data da realização dos Concursos. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

› Apostas Desportivas à Cota (Placard)

O rendimento é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

› Lotarias Clássica e Popular

Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

› Lotaria Instantânea (Raspadinha)

Os prémios do jogo adquirido pelo Portal de Jogos Santa Casa são reconhecidos no momento da atribuição do prémio.

Os prémios de jogo adquirido através da rede de mediadores são reconhecidos no ato da reclamação do prémio por parte do apostador. Complementarmente, por forma a reconhecer a responsabilidade de prémios, estes são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso. O ajustamento ao valor de prémios a reconhecer por jogo é efetuado após o prazo de caducidade com base nos prémios efetivamente pagos.

› **Apostas Mútuas**

Os prémios são reconhecidos na data de realização dos Concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

› **Apostas Desportivas à Cota (Placard)**

Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

O direito a prémios, caduca para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:

- Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
- Para os prémios de valor superior a 150 euros decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequentes à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Os prémios dos jogos sociais Totobola, Totoloto, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, são regulamentados pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de março que revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

Para o jogo social Euromilhões a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as Apostas Desportivas à Cota a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Para o Totosorteio, a percentagem destinada a prémios está determinada na Portaria n.º 227/2016, de 25 de agosto.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das Apostas Mútuas e das Apostas Desportivas à Cota, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola	60%
Totoloto	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%
Apostas Desportivas à Cota	Entre 55% e 85%
Totosorteio	65%

Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, cuja aplicação se iniciou a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, à taxa de 4,5%, que incide sobre as apostas realizadas, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa. O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Euromilhões	5%
Lotaria clássica - frações físicas	12,7%
Lotaria clássica - frações desmaterializadas	7%
Lotaria Popular - frações físicas	12,5%
Lotaria Popular - frações desmaterializadas	7%
Lotaria Instantânea	10%
Apostas Desportivas à Cota	5%
Totosorteio	5%

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota

As Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota estão previstas no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril, que determina:

- › O montante correspondente a 2,0 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- › O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta, de acordo com a Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

Outras vendas

Valores referentes a venda de resíduos para reciclagem.

4.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos Beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão

4.22. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4.23. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.24. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes na Estrutura Conceptual.

4.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que se seguem:

Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e mon-

tante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 20).

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 8).

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e de Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	2019	2018
Numerário		
- Caixa	25 062	48 625
	25 062	48 625
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	30 864 334	(257 782)
- Depósitos a prazo < 90 dias	83 000 000	139 600 000
- Depósitos a prazo ≥ 90 dias	126 280 000	71 000 000
	240 144 334	210 342 218
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	240 169 396	210 390 843
Total de Caixa e equivalentes de caixa	240 169 396	210 390 843

Não se verificaram quaisquer situações de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 os movimentos registados em rúbricas do ativo fixo tangível foram como se segue:

(euros)

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	25 992 774	325 878	8 311 695	1 377 317	2 372 375	792 927	763 214	39 936 181
Depreciações acumuladas	(15 453 858)	(194 955)	(7 791 831)	(1 177 291)	(2 313 012)	(648 219)	-	(27 579 167)
Valor líquido	10 538 916	130 923	519 864	200 026	59 363	144 707	763 214	12 357 014
Adições	1 921 088	24 846	32 481	109 702	483 804	2 583	481 976	3 056 479
Alienações	-	-	(4 846)	-	-	-	-	(4 846)
Transferências e abates	-	-	-	-	(4 451)	-	(666 818)	(671 269)
Depreciação - período	(2 274 158)	(32 291)	(310 610)	(145 343)	(86 492)	(48 655)	-	(2 897 549)
Depreciação - alienações	-	-	4 846	-	-	-	-	4 846
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	4 451	-	-	4 451
Valor líquido	10 185 846	123 478	241 735	164 384	456 675	98 635	578 371	11 849 124
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	27 913 862	350 724	8 339 330	1 487 019	2 851 728	795 509	578 371	42 316 544
Depreciações acumuladas	(17 728 017)	(227 246)	(8 097 594)	(1 322 635)	(2 395 053)	(696 874)	-	(30 467 419)
Valor líquido	10 185 846	123 478	241 735	164 384	456 675	98 635	578 371	11 849 124
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	27 913 862	350 724	8 339 330	1 487 019	2 851 728	795 509	578 371	42 316 544
Depreciações acumuladas	(17 728 017)	(227 246)	(8 097 594)	(1 322 635)	(2 395 053)	(696 874)	-	(30 467 419)
Valor líquido	10 185 846	123 478	241 735	164 384	456 675	98 635	578 371	11 849 124
Adições	216 745	1 571	157 729	26 511	-	9 140	2 560 415	2 972 112
Alienações	-	-	(4 094)	-	-	-	-	(4 094)
Transferências e abates	963 951	-	479 511	-	-	-	(1 443 462)	-
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(2 518 393)	(32 481)	(356 780)	(55 740)	(452 763)	(31 078)	-	(3 447 235)
Depreciação - alienações	-	-	4 094	-	-	-	-	4 094
Valor líquido	8 848 149	92 568	522 196	135 156	3 913	76 697	1 695 323	11 374 002
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	29 094 558	352 295	8 972 476	1 513 531	2 851 728	804 649	1 695 323	45 284 561
Depreciações acumuladas	(20 246 409)	(259 727)	(8 450 280)	(1 378 375)	(2 847 816)	(727 952)	-	(33 910 559)
Valor líquido	8 848 149	92 568	522 196	135 156	3 913	76 697	1 695 323	11 374 002

Os aumentos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2019, 2.972.112 euros, são provenientes essencialmente de "Equipamento básico"; "Equipamento informático" e de "Aquisições em curso" (adições 2018: 3.056.479 euros).

Os valores mais significativos foram:

- › Em "Equipamento básico": equipamentos adquiridos para a automatização da logística e expedição de encomendas dos armazéns do Departamento de Jogos.
- › Em "Equipamento informático": aquisições para a nova plataforma CRM do Contact Center.
- › Em "Aquisições em curso": equipamentos adquiridos para a o projeto de Comunicação digital nos pontos de venda.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, registaram-se abates em "Equipamento informático" no valor de 4.094 euros (2018: registaram-se abates em "Sinalética", no valor de 4.451 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na Demonstração de Resultados, pela sua totalidade na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

À data de 31 de dezembro de 2019 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 6.056.754 euros, sendo 5.212.325 euros referentes a terminais de jogo, 3.913 euros referentes a peças promocionais de sinalética, e 840.517 euros relacionados com os QR Code instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais (2018: 7.129.144 euros, sendo 6.672.469 euros referentes a terminais de jogo, 456.675 euros referentes a peças promocionais de sinalética e 1.433.823 euros relacionados com os QR Code instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais).

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos, que para os períodos apresentados, tiveram a seguinte evolução:

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018				
Custo de aquisição	3 442 657	28 740 762	-	32 183 418
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(24 059 195)	-	(27 501 852)
Valor líquido	-	4 681 566	-	4 681 566
Adições	-	1 292 543	3 582 031	4 874 574
Transferências e abates	-	-	666 818	666 818
Amortização - período	-	(2 616 381)	-	(2.616.381)
Valor líquido	-	3.357 727	4 248 849	7 606 577
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	3 442 657	30 033 304	4 248 849	37 724 810
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(26 675 577)	-	(30 118 233)
Valor líquido	-	3 357 727	4 248 849	7 606 577
1 de janeiro de 2019				
Custo de aquisição	3 442 657	30 033 304	4 248 849	37 724 810
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(26 675 577)	-	(30 118 233)
Valor líquido	-	3 357 727	4 248 849	7 606 577
Adições	-	311 315	1 810 344	2 121 659
Transferências e abates	-	5 165 671	(5 165 671)	-
Amortização - período	-	(2 906 043)	-	(2 906 043)
Valor líquido	-	5 928 670	893 523	6 822 193
31 de dezembro de 2019				
Custo de aquisição	3 442 657	35 510 290	893 523	39 846 469
Amortizações acumuladas	(3 442 657)	(29 581 620)	-	(33 024 276)
Valor líquido	-	5 928 670	893 523	6 822 193

Quanto à rubrica programas de computador a mesma é composta por software de suporte ao jogo e à rede física.

No que concerne aos ativos em curso, estes estão relacionados com software de desenvolvimento das plataformas de jogos.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

O saldo registado nesta rúbrica contempla:

- › A participação de 5,2% no capital social da SLE – *Services aux Loteries en Europe*, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e
- › A participação de 50% no capital social da NLCS – *National Lotteries Common Services*, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013, com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a rubrica de outros investimentos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2019	2018
Fundos obrigatórios	180 333 974	163 919 360
Fundo LI (WFL)	37 371 000	39 820 000
Outros ativos financeiros	21 716	17 994
Total	217 726 690	203 757 354

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para a renovação de equipamento e material (FREM).

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	-	74 820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.
Totoloto	0,5%	-	423 978	
Euromilhões	1,0%	-	150 000 000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	1,0%	-	5 000 000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.
Totosorteio	1,0%	-	1 000 000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundo para pagamento de prémios dos Concursos				
Totoloto	0,0%	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Totosorteio	(a)	-	Não definido	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totoloto	2,0%	-	24 939 895	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748 197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totobola	1,0%	-	748 197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	-	20 000 000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	0,2%	-	2 000 000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 abr.
Totosorteio	0,5%	-	1 000 000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.

(a) Constituído pelo remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

Por decisão de gestão em 2013, foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life* (WFL).

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados *"para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema online), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros"*.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado desde de 1 de janeiro de 2012 *"à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento"*.

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada "Número da Sorte".

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio determina que seja constituído um Fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como se segue:

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2018	191 318	74 820	-	-	266 137
Reforços	56 918	-	-	-	56 918
Utilizações	(91 975)	-	-	-	(91 975)
31 de dezembro de 2018	156 261	74 820	-	-	231 081
Limite máximo fixado	748 197	74 820	-	-	
Totoloto					
1 de janeiro de 2018	6 635 896	423 978	24 652 594	-	31 712 468
Reforços	1 959 952	-	6 244 719	-	8 204 672
Transferências	16 017	-	-	-	16 017
Utilizações	(3 203 783)	-	(7 555 876)	-	(10 759 659)
31 de dezembro de 2018	5 408 082	423 978	23 341 438	-	29 173 498
Limite máximo fixado	24 939 895	423 978	Não definido	-	
Totogolo					
1 de janeiro de 2018	29 032	-	-	-	29 032
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018	29 032	-	-	-	29 032
Limite máximo fixado	748 197	74 820	-	-	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2018	12 709 815	92 259 310	-	-	104 969 126
Reforços	7 085 042	7 085 042	-	-	14 170 085
Utilizações	(7 040 663)	-	-	-	(7 040 663)
31 de dezembro de 2018	12 754 195	99 344 352	-	-	112 098 547
Limite máximo fixado	20 000 000	150 000 000	-	-	

(Cont.)					(euros)
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)	Total
Apostas Desportivas à Cota					
1 de janeiro de 2018	1 108 856	5 000 000	-	-	6 108 856
Reforços	1 053 211	-	-	-	1 053 211
Utilizações	(726 326)	-	-	-	(726 326)
31 de dezembro de 2018	1 435 741	5 000 000	-	-	6 435 741
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	-	-	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2018	462 227	1 000 000	11 515 415	-	12 977 641
Reforços	483 136	-	10 816 698	-	11 299 834
Utilizações	(317 016)	-	(8 008 998)	-	(8 326 014)
31 de dezembro de 2018	628 347	1 000 000	14 323 115	-	15 951 461
Limite máximo fixado	1 000 000	1 000 000	Não definido	-	
Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)					
1 de janeiro de 2018	-	-	-	32 447 047	32 447 047
Reforços	-	-	-	7 372 953	7 372 953
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018	-	-	-	39 820 000	39 820 000
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Totais					
1 de janeiro de 2018	21 137 144	98 758 108	36 168 009	32 447 047	188 510 307
Reforços	10 638 260	7 085 042	17 061 417	7 372 953	42 157 673
Transferências	16 017	-	-	-	16 017
Utilizações	(11 379 763)	-	(15 564 874)	-	(26 944 637)
31 de dezembro de 2018	20 411 658	105 843 150	37 664 552	39 820 000	203 739 360

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2019	156 261	74 820	-	-	231 081
Reforços	55 421	-	-	-	55 421
Utilizações	(77 440)	-	-	-	(77 440)
31 de dezembro de 2019	134 242	74 820	-	-	209 062
Limite máximo fixado	748 197	74 820	-	-	
Totoloto					
1 de janeiro de 2019	5 408 082	423 978	23 341 438	-	29 173 498
Reforços	2 033 747	-	6 283 855	-	8 317 602
Transferências	16 543	-	-	-	16 543
Utilizações	(2 709 539)	-	(4 997 984)	-	(7 707 523)
31 de dezembro de 2019	4 748 834	423 978	24 627 308	-	29 800 120
Limite máximo fixado	24 939 895	423 978	Não definido	-	
Totogolo					
1 de janeiro de 2019	29 032	-	-	-	29 032
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019	29 032	-	-	-	29 032
Limite máximo fixado	748 197	74 820	-	-	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2019	12 754 195	99 344 352	-	-	112 098 547
Reforços	7 268 053	7 268 053	-	-	14 536 107
Utilizações	(7 033 883)	-	-	-	(7 033 883)
31 de dezembro de 2019	12 988 366	106 612 406	-	-	119 600 771
Limite máximo fixado	20 000 000	150 000 000	-	-	

(Cont.)					(euros)
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)	Total
Apostas Desportivas à Cota					
1 de janeiro de 2019	1 435 741	5 000 000	-	-	6 435 741
Reforços	1 268 658	-	-	-	1 268 658
Utilizações	(911 654)	-	-	-	(911 654)
31 de dezembro de 2019	1 792 745	5 000 000	-	-	6 792 745
Limite máximo fixado	2 000 000	5 000 000	-	-	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2019	628 347	1 000 000	14 323 115	-	15 951 461
Reforços	491 102	-	12 051 316	-	12 542 418
Utilizações	(383 637)	-	(4 207 998)	-	(4 591 635)
31 de dezembro de 2019	735 812	1 000 000	22 166 432	-	23 902 244
Limite máximo fixado	1 000 000	1 000 000	Não definido	-	
Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)					
1 de janeiro de 2019	-	-	-	39 820 000	39 820 000
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	(2 449 000)	(2 449 000)
31 de dezembro de 2019	-	-	-	37 371 000	37 371 000
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Totais					
1 de janeiro de 2019	20 411 658	105 843 150	37 664 552	39 820 000	203 739 360
Reforços	11 116 982	7 268 053	18 335 170	-	36 720 205
Transferências	16 543	-	-	-	16 543
Utilizações	(11 116 152)	-	(9 205 983)	(2 449 000)	(22 771 135)
31 de dezembro de 2019	20 429 030	113 111 204	46 793 740	37 371 000	217 704 974

Os “*Outros investimentos financeiros*” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2019, tiveram um impacto positivo de 3.722 euros (2018: impacto positivo de 483 euros).

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a rubrica de outros investimentos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2019	2018
Consumíveis para jogo	331 932	286 673
Bilhetes de Lotaria Instantânea	2 776 682	2 811 360
Bilhetes de Apostas Mútuas	260 180	236 500
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	217 903	296 357
Papel térmico	1 307 305	2 101 393
Papel térmico (em poder de terceiros)	29 871	29 871
Imparidade de inventários	(10 765)	(10 765)
Total inventários	4 913 107	5 751 391

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 13.944.616 euros (2018: 13.113.991 euros).

> Imparidade de inventários

Em 2019 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2018, que corresponde a 10.737 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e a 28 euros de bilhetes de Lotaria Instantânea.

12. MEDIADORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a decomposição da rubrica de mediadores, é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Mediadores	34 719 846	36 465 546
Mediadores cobrança duvidosa	7 889 704	3 774 505
	42 609 550	40 240 051
Ajustamentos de Mediadores	(7 889 704)	(3 774 505)
Total Mediadores	34 719 846	36 465 546

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Totosorteio), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e Apostas Desportivas à Cota.

Os mediadores com maior volume de negócio são a “Casa Campião” e a “Casa da Sorte”, cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 2.092.479 euros e 1.115.085 euros em 31 de dezembro de 2019 (2018: 3.733.715 euros e 2.975.063 euros).

Os movimentos das imparidades são como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
1 de janeiro	3 774 505	3 369 628
Aumentos	4 165 933	543 149
Utilizações	(35 429)	(127 828)
Reversões	(15 306)	(10 444)
31 de dezembro	7 889 704	3 774 505

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

(euros)

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	28 565	-	37 142
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	124	6 890	716	-
Contribuições p/ segurança social	23 372	-	20 871	-
Imposto do selo	59 975	28 857 216	59 975	25 704 033
Total	83 471	28 892 671	81 562	25 741 175

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a decomposição da rubrica “Outros créditos a receber”, é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Pessoal	20 958	19 757
Outros créditos a receber		
Euromilhões - <i>Primary Insurance</i>	4 303 202	4 658 753
Euromilhões - <i>Pre-deposit amount</i>	4 949 456	5 352 390
Euromilhões (Saldo Inicial) - <i>Booster</i>	3 055 447	3 055 447
Euromilhões - <i>Mutual Insurance</i>	2 000 000	2 000 000
Adiantamentos a fornecedores	113 599	143 774
Outros	1 048 131	299 431
Devedores por acréscimos de rendimentos	6 296 954	660 365
Outras contas a receber	21 787 746	16 189 917

14.1. Pessoal

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e a empréstimos concedidos.

14.2. Outros créditos a receber

Euromilhões – *Primary Insurance*: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre e se destina a cobrir eventuais falhas técnicas;

Euromilhões – *Pre-deposit Insurance*: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance*, é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super *jackpot* mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,0 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses. Este fundo destina-se a cobrir eventuais falhas nas transferências semanais, que incluem as obrigações dos dois sorteios semanais, de cada membro.

Euromilhões – Saldo Inicial – Prize Guarantee Fund: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”. Este Fundo varia consoante o ciclo de acumulação de *jackpot's*, sendo de 4,8% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais) para ciclos de acumulação de 1 a 6 e de 21% para ciclos de acumulação de 7 em diante.

Euromilhões – Mutual Insurance: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo e para garantia de obrigações não cobertas pelos restantes fundos;

Adiantamentos a fornecedores: no valor de 113.599 euros (2018: 143.774 euros);

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Ulteriormente, esta situação tem que ser objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Juros a receber	58 994	571 654
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	16 239	6 010
Lotaria Nacional	1 118 078	61 332
Totobola	22 114	21 369
Euromilhões	5 081 529	-
Total	6 296 954	660 365

Juros a receber: Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos obrigatórios do Departamento de Jogos;

As rubricas Lotaria Nacional, Totobola e Euromilhões dizem respeito a especialização de vendas em que os sorteios ocorreram em 2019.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. DIFERIMENTOS – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

	(euros)	
	2019	2018
Totoloto	102 182	10 691
Lotaria Nacional	64 121	1 000 233
Euromilhões	108 563	90 782
Totosorteio	68 358	6 172
Apostas Desportivas à Cota	44 066	24 928
Outros	2 314 545	303 060
Gastos a reconhecer	2 701 835	1 435 867

As rubricas Totoloto, Lotaria Nacional, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota dizem respeito a especialização de encargos diretos sobre vendas antecipadas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, montantes para prémios e imposto do selo e deduções legais sobre as receitas das Apostas Desportivas à Cota).

Na rubrica “Outros” encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao alargamento do portefólio de jogos, bem como outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes, nomeadamente os relativos à Apostas Hípicas Mútuas, que aguardam o reconhecimento aquando da entrada em produção do Jogo.

16. FUNDO SOCIAL

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rúbrica "*Outras variações no capital próprio*" refere-se aos movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, correspondentes às variações do FREM:

	(euros)	
	2019	2018
Totobola		
1 de janeiro	156 261	191 318
Adições	55 421	56 918
Utilizações	(77 440)	(91 975)
31 de dezembro	134 242	156 261
Totoloto		
1 de janeiro	5 408 082	6 635 896
Adições	2 033 747	1 959 952
Transferências	16 543	16 017
Utilizações	(2 709 539)	(3 203 783)
31 de dezembro	4 748 834	5 408 082
Totogolo		
1 de janeiro	29 032	29 032
Adições	-	-
Utilizações	-	-
31 de dezembro	29 032	29 032
Euromilhões		
1 de janeiro	12 754 195	12 709 815
Adições	7 268 053	7 085 042
Utilizações	(7 033 883)	(7 040 663)
31 de dezembro	12 988 366	12 754 195
Apostas Desportivas à Cota		
1 de janeiro	1 435 741	1 108 856
Adições	1 268 658	1 053 211
Utilizações	(911 654)	(726 326)
31 de dezembro	1 792 745	1 435 741

(Cont.)	(euros)	
	2019	2018
Totosorteio		
1 de janeiro	628 347	462 227
Adições	491 102	483 136
Utilizações	(383 637)	(317 016)
31 de dezembro	735 812	628 347
Total do Fundo renovação do equipamento		20 411 658
Valor líquido dos investimentos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	18 801 820	16 127 763
Investimentos	4 864 546	7 804 322
Regularização por resultados	(6 033 266)	(5 130 265)
31 de dezembro	17 633 099	18 801 820
Valor líquido dos gastos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	-	-
Gastos	6 251 607	3 575 442
Regularização por resultados	(6 251 607)	(3 575 442)
31 de dezembro	-	-
Totais		
1 de janeiro	39 213 478	37 264 907
Adições	11 116 982	10 638 260
Utilizações	(11 116 152)	(11 379 763)
Investimentos	4 864 546	7 804 322
Gastos	6 251 607	3 575 442
Regularização por resultados	(12 284 873)	(8 705 707)
Transferências	16 543	16 017
31 de dezembro	38 062 129	39 213 478

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos Fundos de renovação de equipamento e material, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 10 – Outros investimentos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o FREM, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

As utilizações correspondem, a investimentos e gastos necessários ao desenvolvimento e arranque de projetos financiados pelo FREM.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

As transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto e também para assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

18. RESULTADOS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos Beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do FREM.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2019 é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Resultado distribuído	764 376 696	733 017 846
Resultado retido (constituição Fundo de renovação de equipamento e material)	11 116 982	10 638 260
Resultado líquido do período	775 493 678	743 656 106

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos Beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

A distribuição pelos Beneficiários é a seguinte:

(euros)

Beneficiários		2019	2018
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de emergência e Proteção Civil	19 868 675	19 059 917
	Secretaria-Geral do MAI (Sinistralidade rodoviária, prevenção da criminalidade e riscos sociais)	2 174 308	2 085 802
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	4 948 425	4 746 998
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		16 344 797	15 679 479
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	24 593 311	23 592 236
	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	4 497 428	4 314 360
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	238 724 003	229 006 700
	Fundação INATEL	8 547 279	8 199 360
Ministério da Saúde		117 712 527	112 921 017
Ministério da Educação	Desporto escolar e infraestruturas desportivas escolares	7 122 733	6 832 800
	Estudantes do ensino secundário	3 523 878	3 380 438
	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	66 503 829	63 796 778
Governo Regional da Madeira		18 519 104	17 765 281
Governo Regional dos Açores		17 844 319	17 117 963
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		198 836 701	190 743 017
Subtotal dos resultados a distribuir		749 761 316	719 242 147
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2 380 585	2 759 088
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (a)		12 234 796	11 016 611
TOTAIS		764 376 696	733 017 846

(a) Estão incluídos neste montante:

- os prémios caducados da Lotaria Nacional, do Euromilhões, das Apostas Desportivas à Cota e do Totosorteio (2019: 10.857 mil euros; 2018: 9.844 mil euros);
- 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2019: 1.296 mil euros; 2018: 1.128 mil euros);
- Coimas - Lei n.º 30/2006 -, cabendo à SCML distribuir o montante das coimas na proporção de 35% para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e de 15% para o Estado (2019: 82 mil euros; 2018: 44 mil euros).

19. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios					Outras provisões	Total
		Totobola	Totaloto	Euromilhões	Apostas Desportivas à Cota	Totosorteio		
1 de janeiro de 2018	1 136 775	74 820	423 978	92 259 310	5 000 000	1 000 000	2 720 000	102 614 883
Dotação	5 048	-	-	7 085 042	-	-	-	7 090 090
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-	-	(1 923 773)	(1 923 773)
Reversão	-	-	-	-	-	-	(796 227)	(796 227)
31 de dezembro de 2018	1 141 823	74 820	423 978	99 344 352	5 000 000	1 000 000	-	106 984 973
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	1 141 823	74 820	423 978	99 344 352	5 000 000	1 000 000	-	106 984 973
1 de janeiro de 2019	1 141 823	74 820	423 978	99 344 352	5 000 000	1 000 000	-	106 984 973
Dotação	393 800	-	-	7 268 053	-	-	-	7 661 853
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	(6 000)	-	-	-	-	-	-	(6 000)
Reversão	(978)	-	-	-	-	-	-	(978)
31 de dezembro de 2019	1 528 645	74 820	423 978	106 612 406	5 000 000	1 000 000	-	114 639 848
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	1 528 645	74 820	423 978	106 612 406	5 000 000	1 000 000	-	114 639 848

19.1. Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais é réu.

19.2. Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 4.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço das provisões para pagamento de prémios do Euromilhões, para a qual ainda não foi atingido o limite legal.

20. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas Demonstrações do Departamento de Jogos é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(2 680 884)	(3 164 203)
	(2 680 884)	(3 164 203)
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	(1 116 681)	-
	(1 116 681)	-

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2019, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2019	2018
Taxa anual de desconto	1,00%	1,80%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2020	0,00%	0,00%
Após 2020	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Plano de pensões

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

	(euros)	
	2019	2018
Valor presente da obrigação	(12 745 333)	(12 331 391)
Justo valor dos ativos do plano	10 064 449	9 167 188
Impacto no balanço	(2 680 884)	(3 164 203)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2019 detalha-se como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
1 de janeiro	12 331 391	15 595 971
Revisão % alocação	-	(4 255 280)
Custo dos juros	211 522	376 312
Pagamento de benefícios	(941 893)	(1 176 463)
Ganhos/(perdas) atuariais	1 144 313	1 790 851
31 de dezembro	12 745 333	12 331 391

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2019:

	(euros)	
	2019	2018
1 de janeiro	9 167 188	13 555 541
Revisão % alocação	-	(3 838 315)
Contribuições entregues	1 600 000	800 000
Ganhos/ (perdas) atuariais	84 627	(493 066)
Benefícios pagos	(941 893)	(1 176 463)
Retorno esperado dos ativos do fundo	154 527	319 491
31 de dezembro	10 064 449	9 167 188

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2019:

	(euros)	
	2019	2018
Obrigações	29 897 897	33 439 504
Acções	887 173	-
Depósitos curto prazo	11 421 588	4 698 820
Produtos estruturados	91 192	55 292
Fundos investimento	19 025 824	18 823 531
Outros	194 922	269 229
	61 518 597	57 286 376

Os impactos do fundo na demonstração dos resultados são como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Revisão % alocação	-	416 965
Custos dos juros	(211 522)	(376 312)
Ganhos / (perdas atuariais)	(1 059 685)	(2 283 917)
Retorno estimado dos ativos do plano	154 527	319 491
Utilização da provisão	-	1 923 773
Total incluído em gastos com pessoal	(1 116 681)	-

21. PRÉMIOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como se segue:

(euros)

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	23 923 392	-	23 923 392	15 321 479	-	15 321 479
Euromilhões - 50%	(46 021 699)	-	(46 021 699)	32 988 817	-	32 988 817
Euromilhões - <i>Prize Guarantee Fund</i>	39 972 245	-	39 972 245	(17 925 223)	-	(17 925 223)
Euromilhões - <i>Jackpot</i>	5 957 433	-	5 957 433	(15 063 594)	-	(15 063 594)
Lotaria Instantânea	10 560 026	44 077 408	54 637 435	8 986 459	36 401 021	45 387 479
Fundo pagamento prémios Totoloto	-	24 627 308	24 627 308	-	23 341 438	23 341 438
Fundo pagamento prémios Totosorteio	-	22 166 432	22 166 432	-	14 323 115	14 323 115
Outros	48 599	-	48 599	42 169	-	42 169
Total prémios a pagar	34 439 996	90 871 148	125 311 144	24 350 107	74 065 573	98 415 680

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Nacional e Lotaria Instantânea. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Todos os prémios acima deste montante são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões - 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM - *Prize Guarantee Fund*: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de jackpots, incluindo o 1.º prémio mínimo garantido;

Euromilhões - *Jackpot*: saldo referente a pagamento de prémios de jackpot. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos jogos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia”, “Mega Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, em relação aos quais foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março;

Fundo para pagamento prémios do Totosorteio: fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo, conforme Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como se segue:

Descrição	(euros)	
	2019	2018
Fornecedores gerais	9 996 198	7 121 750
Total saldo fornecedores	9 996 198	7 121 750

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Entidade	(euros)	
	2019	2018
TVI - Televisão Independente, S.A.	1 309 503	1 169 166
MEO - Serviços de Comunicações Multimédia, S.A.	895 576	676 653
Albano R. N. Alves, Indústria de Transf. Papel, S.A.	797 538	142 098
Radiotelevisão Portuguesa, S.A.	675 338	286 471
Fuel Publicidade, LDA	665 676	702 447
IGT Global Solutions Corporation	616 890	519 005
IGT Foreign Holdings Corporation - Sucursal em Portugal	473 825	(13 220)
Federação Portuguesa de Futebol	430 500	-
SIC - Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	378 292	275 681
OliveDesportos	336 200	-
MOP - Multimédia Outdoors, S.A.	317 694	107 728
National Lotteries Common Services	313 219	-
HEWLETT-Packard Portugal, LDA	288 745	236 735
SLE - Services Aux Loteries en Europe	203 338	-
Urbanos - Distribuição Expresso, S.A.	191 238	21 676
Neogames S.A.R.L.	191 003	41 867
Global Noticias - Media Group, S.A.	179 902	382 903
Quinta Avenida - Publicidade e Comunicação, S.A.	134 316	273 000
JCDecaux Portugal Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.	115 070	118 481
Intervoz Publicidade, S.A.	114 699	115 400
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	100 065	104 380
Cofina Media, S.A.	94 233	204 455
Outros	1 173 338	1 756 823
Total	9 996 198	7 121 750

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a decomposição da rubrica “Outras dívidas a pagar” era como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Fornecedores investimentos	424 087	1 146 084
Outros credores		
Lucros - resultados antecipados	132 902 938	130 295 324
Beneficiários das deduções legais	10 571 682	8 018 437
Partes relacionadas	3 523 312	2 227 676
Cauções Mediadores (numerário)	11 156 067	10 649 509
Cartões portal	3 766 943	3 671 220
Vendas portal	711 081	414 695
Cauções de Adjudicatários	1 845 405	106 374
Outros	420 439	238 863
Credores por acréscimos de gastos	53 583 288	38 434 676
Outras contas a pagar	218 905 242	195 202 859

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2019 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos Beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º

56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

Beneficiários das deduções legais: conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de Apostas Desportivas à Cota, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos (ver Nota 36.2 – Transações entre partes relacionadas);

Cauções Mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, requisito para o exercício da atividade, conforme disposto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho);

Cartões Portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;
Vendas Portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Cauções de Adjudicatários: o saldo assegura os compromissos assumidos com a prestação de serviços ou transmissão de bens; Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como se segue:

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como se segue:

Credores por acréscimos de gastos	(euros)	
	2019	2018
Remunerações a pagar	2 436 705	2 385 388
Prémios Lotaria Instantânea	45 655 273	33 095 328
Lotaria Nacional	168 063	-
Totobola	1 365	1 349
Euromilhões	456 960	-
Outros credores por acréscimos de gastos	4 864 922	2 952 611
Total	53 583 288	38 434 676

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o payout, o qual varia entre 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Lotaria Nacional, Totobola e Euromilhões: especialização de encargos diretos sobre as vendas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, prémios e imposto do selo), realizadas em 2019, e que correspondem a acontecimentos subsequentes;

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros).

24. DIFERIMENTOS – RENDIMENTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 o Departamento de Jogos tem registado na rúbrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

	(euros)	
	2019	2018
Vendas antecipadas	1 723 491	17 597 386
Rendimentos a reconhecer	1 723 491	17 597 386

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais, cujas extrações/sorteios/eventos apenas irão ocorrer após a data do Balanço.

25. RÉDITO

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Vendas brutas dos jogos sociais		
Totobola	5 459 923	5 638 734
Totoloto	100 261 544	97 074 127
Joker	-	-
Euromilhões	726 801 375	708 496 709
Lotaria Clássica	51 533 355	45 759 181
Lotaria Popular	24 858 424	22 797 525
Lotaria Instantânea	1 718 099 341	1 594 177 161
Apostas Desportivas à Cota	634 278 698	526 596 702
Totosorteio	98 219 948	96 626 204
Subtotal	3 359 512 609	3 097 166 343
Imposto do Selo	(144 668 045)	(133 370 799)
Prémios	(2 058 305 062)	(1 880 884 329)
Remunerações dos Mediadores pagas p/Apostadores	(255 013 282)	(235 842 961)
Deduções Legais sobre Receitas	(34 886 604)	(28 963 913)
Vendas líquidas dos jogos sociais	866 639 616	818 104 340
Outras vendas	22 908	33 209
Total	866 662 524	818 137 549

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso/evento (ver Nota 4.20 – Rédito);

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta (ver Nota 4.20 – Rédito);

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período (ver Nota 4.20 – Rédito);

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 4.20 – Rédito;

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota (Placard): valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções considera-se a receita das vendas dos Bilhetes de Apostas registados, cujo resultado das apostas já é conhecido.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita, nos seguintes termos:

- › O montante correspondente a 2 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- › O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5 % da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das Apostas Desportivas à Cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota (Placard) é a seguinte:

	2019	(euros) 2018
Deduções Legais sobre Receitas		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	12 686 036	10 532 330
Federação Portuguesa de Futebol	12 896 901	11 434 756
Federação Portuguesa de Ténis	1 186 768	648 465
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	4 821 414	4 076 823
Federação Portuguesa de Basquetebol	1 792 055	962 572
Comité Olímpico de Portugal	2 296	3 863
Federação de Andebol de Portugal	243 071	139 465
Federação Portuguesa de Voleibol	131 592	116 804
Federação Portuguesa de Rugby	55 802	50 423
Federação Portuguesa de Patinagem	46 548	18 582
Federação de desportos de Inverno	782 124	-
A aguardar distribuição	241 996	979 830
Total	34 886 604	28 963 913

O montante "A aguardar distribuição", refere-se às modalidades para as quais não foram identificadas entidades que cumpram os requisitos de destinatários destas receitas.

Incluem-se aqui as modalidades de Futebol Americano e de Hóquei no Gelo, esta última até à data de 14 de fevereiro de 2019.

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2018 e 2019 é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Bilhetes de Lotaria Instantânea	9 843 561	9 139 093
Bilhetes de Apostas Mútuas	223 979	276 302
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	193 310	381 591
Papel térmico	3 427 751	2 977 601
Consumíveis para jogo	256 015	339 404
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13 944 616	13 113 991

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2019 é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Existências iniciais	5 751 391	4 786 979
Compras	13 076 503	14 084 641
Regularizações	29 829	(6 239)
Existências finais	4 913 107	5 751 391
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13 944 616	13 113 991

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Comunicações e transmissão de dados	6 059 714	5 178 871
Conservação e reparação	5 043 085	6 088 951
Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	28 441 909	28 126 415
Transporte de bens e valores	1 735 670	1 717 826
Rendas de edifícios	2 052 440	2 064 822
Trabalhos especializados	10 372 433	6 660 906
Licenças de software	2 985 533	1 175 973
Outros	3 287 080	3 408 104
Fornecimentos e serviços externos	59 977 863	54 421 869

O Departamento de Jogos goza de isenção de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente nos fornecimentos e serviços externos.

28. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2018 e 2019, foram como se segue:

	2019	2018
	(euros)	
Remunerações		
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações	254 608	261 733
Pessoal	15 638 658	14 421 316
Subtotal	15 893 265	14 683 049
Encargos sociais		
Benefícios de reforma	1 116 681	-
Encargos sobre remunerações	3 713 315	3 354 214
Gastos de ação social	65 061	38 447
Outros	200 830	740 821
Subtotal	5 095 887	4 133 482
Total	20 989 152	18 816 532

Nos períodos em análise, destacam-se:

- › o número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2019 diminuiu em relação ao ano anterior, em consequência da reestruturação implementada no âmbito do projeto 5.30, transversal à SCML, e que se repercutiu na centralização de alguns serviços considerados como instrumentais (2018: 351; 2019: 317);
- › os gastos com pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, que em 2019, ascendem a 8.103.203 euros (2018: 6.459.429 euros).

29. OUTROS RENDIMENTOS

A rúbrica de outros rendimentos é apresentada como se segue:

	2019	2018
		(euros)
Prémios caducados	11 346 658	16 440 021
Correções relativas a períodos anteriores	936 778	11 327
Regularização dos gastos financiados pelo FREM	12 284 873	8 705 707
Outros	578 314	431 148
Total de Outros rendimentos	25 146 624	25 588 203

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

Regularizações dos gastos financiados pelo FREM: depreciações e amortizações de investimentos e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo.

30. OUTROS GASTOS

A rúbrica de outros gastos é apresentada como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Despesas bancárias	1 133 277	1 001 783
Quotizações	131 626	-
Correções relativas a períodos anteriores	39 838	-
Outros	199 553	222 218
Total de Outros gastos	1 504 293	1 224 001

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	791	5
Juros obtidos (depósitos a prazo)	446 007	773 292
Outros financiamentos concedidos	2 989	512
Outros juros	(207 841)	(167 483)
Total	241 945	606 327

A diminuição destes rendimentos deriva da conjuntura económica dos mercados financeiros.

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os gastos financeiros correspondem a reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*, acrescido do impacto da revisão em baixa dos pressupostos de cálculo dessa atualização.

O detalhe dos juros e gastos similares do período em análise é como se segue:

	(euros)	
	2019	2018
Juros e gastos similares		
Outros	1 980 432	759 566
	1 980 432	759 566

33. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional de viaturas em vigor à data de 31 de dezembro de 2019:

	(euros)		
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	Total
Viaturas	214 452	253 866	468 318
	214 452	253 866	468 318

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2019 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

35. PARTES RELACIONADAS

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

35.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 254.608 euros.

	(euros)	
	2019	2018
Vencimentos	69 342	70 248
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	185 265	191 485
Total	254 608	261 733

35.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidade Contabilística (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

(b) Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2018 e 2019, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)

	2019		2018	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza				
Referentes a remunerações	-	2 866 707	-	1 798 219
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	235 588	-	159 670
Referentes a Impostos	-	345 483	-	240 426
Referentes a juros	-	75 533	-	29 361
	-	3 523 312	-	2 227 676
Distribuição de Resultados e de Deduções legais sobre receitas				
Santa Casa	-	36 491 841	-	34 505 751
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	-	-	-	374 900
	-	36 491 841	-	34 880 651
TOTAL	-	40 015 153	-	37 108 327

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao longo das últimas semanas, apesar de se ter verificado alguma estabilização do número de novos casos de Coronavírus (COVID-19) na China, registou-se uma aceleração dos mesmos no resto do mundo, nomeadamente na Europa. Neste âmbito, aumentaram os receios e as medidas de contenção já implementadas naquele país tiveram de se estender a outras regiões, entre elas Portugal.

Vivem-se tempos difíceis, que exigem medidas excecionais, empenho e resiliência para ultrapassar as dificuldades e procurar um novo sentido de normalidade.

Para salvaguarda do financiamento das Boas Causas e do retorno social que advém da exploração dos jogos sociais, está previsto acionar o plano de continuidade de negócio focado nos processos críticos do DJSCML, o qual visa a minimização do impacto na atividade e a preservação da capacidade plena aquando da retoma da economia.

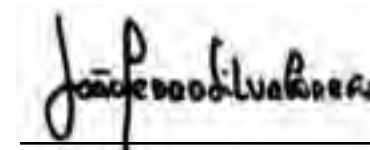
Para além dos colaboradores do DJSCML, a rede de mediadores tem um papel determinante neste processo e é essencial a manutenção da sua atividade e a disponibilização dos jogos sociais aos nossos apostadores, pelo que o Departamento de Jogos estabeleceu um conjunto de medidas específicas para este período que serão impulsionadoras da retoma.

O Provedor,



(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Vice-Provedor,



(João Pedro da Silva Correia)

O Diretor Financeiro do DJSCML,



(André Casanova Matos Prado Lyra)